



Travessia Atlântica

Letícia Vieira Braga da Rosa



**TRAVESSIA
ATLÂNTICA**

Presidente da Aspeur
• Marcelo Clark Alves

Reitor da Universidade Feevale
• José Paulo da Rosa

Pró-Reitora de Ensino
• Maria Cristina Bohnenberger

Pró-Reitor de Pesquisa,
Pós-Graduação e Extensão
• Fernando Rosado Spilki

Diretor do Instituto de
Ciências Humanas e Sociais - ICHS
• Cássio Schneider Bemvenuti

Diretor do Instituto de Ciências
Criativas e Tecnológicas - ICCT
• Edvar Bergmann Araujo

Diretora do Instituto de Ciências da Saúde - ICS
• Caren Mello Guimarães

Diretora de Relações
Internacionais e Institucionais
• Paula Casari Cundari

Diretora de Inovação
• Manuela Bruxel

Diretora de Marketing e Relacionamento
• Claudia Maria Beretta

Diretora de Educação a Distância
• Isabel Cristina Cezar da Rosa

Editora Feevale
• Eduarda Camilly Candido (Revisão textual)
• Mauricio Barth (Coordenação)
• Tifani Müller Schons (Design editorial)

Pinturas criadas para o livro
• Verônica da Rosa

Projeto editorial
• Eleonora da Rosa

Associação Pró-Ensino Superior em Novo Hamburgo - Aspeur
Universidade Feevale

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

R788t

Rosa, Letícia Vieira Braga da

Travessia atlântica [Recursos Eletrônico] / Letícia Vieira Braga da
Rosa. – Novo Hamburgo: Ed. da Feevale; ASPEUR, 2026.
107 p.; il, PDF.

ISBN 978-65-86341-45-4

Livro elaborado a partir da Tese defendida pela autora.

1. Processo migratório – Rio Grande do Sul. 2. Imigração
Portuguesa e Açoriana. 3. Imigração – século XVIII. 4. Dinâmica
sociocultural – Imigrantes I. Título.

CDU 314.5(816.5)
CDD 325

Bibliotecária responsável
Fernanda Motta Ferreira CRB 10/2058

© Editora Feevale - TODOS OS DIREITOS RESERVADOS - É proibida a reprodução total ou parcial de qualquer forma ou por qualquer meio. A violação dos direitos do autor (Lei n.º 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Universidade Feevale

Câmpus I: Av. Dr. Maurício Cardoso, 510 - CEP 93510-235 - B. Hamburgo Velho - Novo Hamburgo/RS

Câmpus II: ERS 239, 2755 - CEP 93525-075 - B. Vila Nova - Novo Hamburgo/RS

Câmpus III: Av. Edgar Hoffmeister, 500 - CEP 93700-000 - Zona Industrial Norte - Campo Bom/RS

Homepage: www.feevale.br

TRAVESSIA ATLÂNTICA

Letícia Vieira Braga da Rosa



Novo Hamburgo | Rio Grande do Sul | Brasil
2026

Sumário

7	Apresentação
8	Introdução
10	Nos Açores
24	Alistamento
28	Antecedentes do percurso
50	Preparativos para o transporte
54	O embarque
58	Uma viagem longa e desconfortável
82	O desembarque
102	Final do Percurso
105	Referências

Apresentação

Essa obra nasce de uma longa trajetória de pesquisa dedicada à presença açoriana no Sul do Brasil. O ponto de partida foi a dissertação *Trajetória açoriana em San Carlos: histórias singulares e relações ambivalentes*, defendida em 2012 no Programa de Pós-Graduação em Processos e Manifestações Culturais da Universidade Feevale. Reconhecida pelo rigor teórico e pela riqueza documental, essa investigação abriu caminho para um aprofundamento ainda maior.

Nove anos depois, o percurso acadêmico resultou na tese *Dos Açores às Terras dos Confins e ao Território de Ninguém: percurso migratório e redes de relacionamento das famílias açorianas nas origens do Espírito Santo do Serrito no Jaguarão*. Com uma abordagem micro-histórica, o trabalho reconstrói a jornada de famílias vindas dos Açores rumo ao Brasil no século XVIII, acompanhando personagens como Manuel da Rosa e Ana Pereira para ilustrar as dificuldades e agruras vividas pelos colonos.

Diante da extensão da tese, mais de quinhentas páginas, surgiu a proposta de transformá-la em uma narrativa ilustrada, capaz de dialogar com um público mais amplo sem perder o rigor científico. Documentos antigos, mapas e obras de arte foram incorporados para dar vida e leveza à história.

Este livro desconstrói a visão heroica da colonização ao revelar a migração como um projeto político da Coroa Portuguesa, que muitas vezes tratava os colonos como mercadoria. Ao mesmo tempo, expõe a dimensão trágica e profundamente humana desse processo, permitindo compreender a colonização não apenas como um movimento estratégico, mas como uma experiência marcada por dores, resistências e sobrevivências. Além disso, essa obra traz visibilidade a uma dinâmica sociocultural protagonizada por um grupo e uma região frequentemente marginalizados na historiografia e nas ciências sociais.

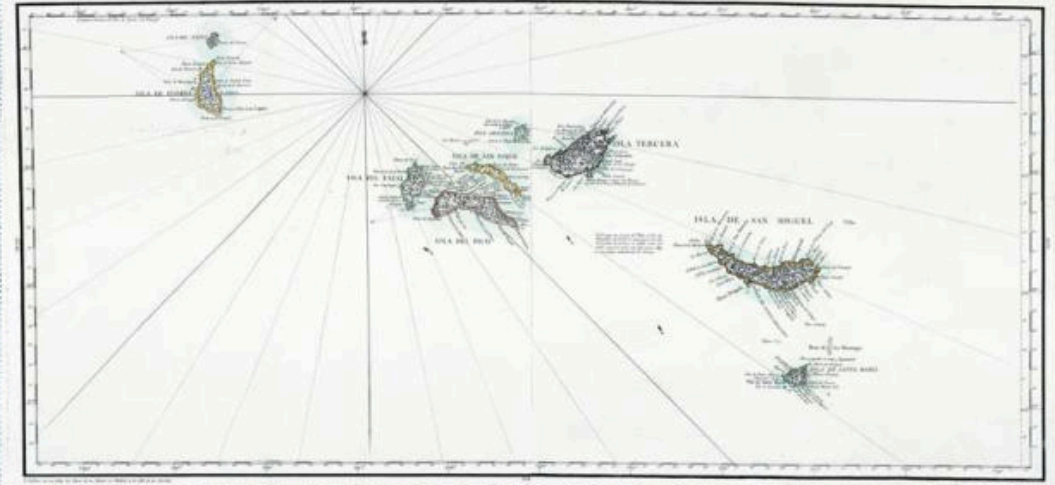
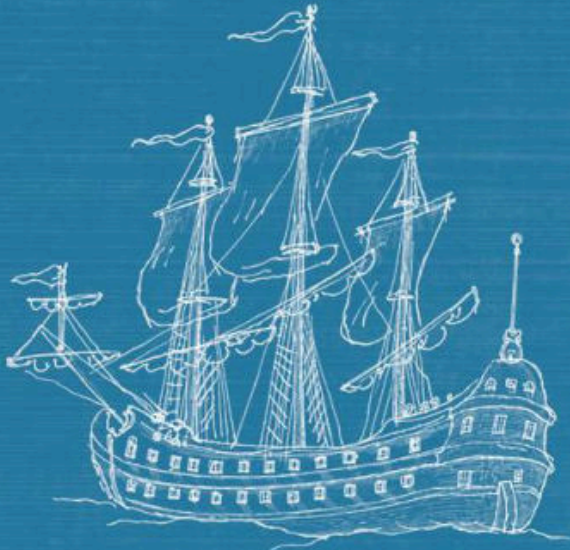
Desta forma, mais do que um registro acadêmico, esta é uma obra necessária para a memória coletiva. Trata-se de um convite à reflexão sobre as origens, os caminhos e os desafios que moldaram a formação cultural da região.

Por fim, como orientadora desta trajetória no mestrado e doutorado, é especialmente gratificante ver Letícia devolver à sociedade esse conhecimento científico de forma tão sensível, honrando a trajetória de nossos antepassados e fortalecendo a identidade do Brasil Meridional.

Claúdia Schemes

Professora e pesquisadora do PPG em Processos e Manifestações Culturais da Universidade Feevale

Introdução



A migração açoriana é o tema desta narrativa, que descreve as condições enfrentadas pelas famílias transportadas dos Açores para o sul do Brasil em sua travessia do Atlântico, voltando a contar, sob um novo enfoque, uma história tantas vezes esquadrinhada.

Sob o olhar interdisciplinar da Sociologia Compreensiva e da abordagem micro-histórica, a investigação segue a trajetória da família do Casal do Número Manuel da Rosa e Ana Pereira. Apesar do anonimato e frugalidade de suas vidas, acompanhar esse casal em seu percurso permite compreender como foi realizada a travessia e as adversidades enfrentadas pelos imigrantes açorianos enviados para as “terras dos confins”.

Utilizando o jogo de escalas, as questões migratórias foram analisadas a partir de uma perspectiva microanalítica, visando entender os movimentos ou transformações coletivas a partir dos deslocamentos de cada ator social (Levi, 2000). Para fugir dos percursos centrados nos grandes feitos, na ideia de epopeia ou mito das origens, realizou-se a leitura dos documentos oficiais à luz das condições enfrentadas pelas famílias imigrantes, visando abarcar a realidade histórica em sua complexidade.

NOS AÇORES

O Arquipélago dos Açores

O Arquipélago dos Açores constitui uma Região Autónoma da República Portuguesa, composta por nove ilhas divididas em três grupos geográficos, totalizando uma área de 2.334 km². O Grupo Ocidental compreende as ilhas de Corvo e Flores; o Grupo Central abrange Faial, Pico, São Jorge, Graciosa e Terceira; e o Grupo Oriental inclui São Miguel e Santa Maria (Costa, 2008).

Situadas no Oceano Atlântico Norte, entre os 36° 55' e os 39° 43' de latitude Norte e os 24° 46' e os 31° 16' de longitude Oeste, as ilhas emergem do oceano de uma plataforma triangular. De origem vulcânica e clima temperado úmido, a formação dos Açores está relacionada a sua situação geodinâmica, localizada na junção tripla das placas tectônicas Americana, Euro-asiática e Africana. Dada essa gênese, os riscos de tremores e erupções são característicos nas ilhas, sendo Faial a mais afetada pelos eventos sísmicos (REOT.A, 2003).



"Vieue du port d'Angra, dans l'isle de Terceire", 1687. Bibliothèque nationale de France.

As ilhas só foram habitadas após a ocupação portuguesa, durante a primeira metade do século XV. Inicialmente, foram enviados degredados e africanos escravizados; depois, portugueses de diversas regiões, que constituíram a maior parte dos povoadores. Por não haver portugueses interessados em número suficiente, o povoamento também reuniu estrangeiros de múltiplos lugares, entre os quais flamengos, da região de Flandres e, em menor número, espanhóis de Castela, Astúrias, Galícia, Biscaia e Canárias; italianos, franceses, ingleses, irlandeses, escoceses, alemães, mouriscos e judeus, sendo alguns grupos formados por pequenas comunidades ou até mesmo por unidades familiares¹. Esses primeiros núcleos populacionais se fixaram no litoral, nas enseadas, prevalecendo a concentração populacional ao longo das faixas costeiras, sendo o interior quase despovoado (Meneses, 2005).

¹Esse povoamento não foi uniforme e concomitante em todas as ilhas. Segundo Rodrigues (2020, p. 103), coexistiam duas realidades político-institucionais: as ilhas realengas, que dependiam do rei, e as ilhas de senhoria, visto que Flores e Corvo não se encontravam sob o domínio e administração da Coroa até o ano de 1759.

AÇORES INSVLAE.

Privilegio Imp. et
Reg. Maies. l. necnon
Ordinum Belgicor.
ad decennium.

Longitudo
huius descriptio-
nis sumta est a
meridiano. i. Ptolemai.
Occidentem versus.

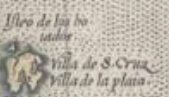
Insula del
Cuervo.



Insula de las
Flores.



Insula
Graçiosa.



Insula Fayal.



Insula S. Georgij.



Insula del Pico.

Insula Terçera.

Insula S.
Michaelis.



Has insulas perlustravit summaque
diligentia accuratissime descrip-
sit et delineavit Ludouicus Teise-
ra Lusitanus, Regiæ Maiestatis
cosmographus.

ANNO A CHRISTO
NATO,
CIO. IO. LXXXIII.



Insula S.
Maria.



Scala Leucarum. 10 20



Por sua posição oceânica, os Açores enfrentam uma situação de isolamento, distando cerca de 1.430 km do Continente Europeu, mais de 3.900 km da América do Norte, cerca de 7.000 km do Rio de Janeiro e 8.000 km de Santa Catarina, na América do Sul. Pela sua localização no Atlântico, as ilhas configuraram uma posição ideal para o império português, tornando-se um “centro estratégico de primeiríssima ordem. Encruzilhada do mundo atlântico, paragem obrigatória para todas as rotas que se dedicavam a um tráfego de longo curso [...] ponto-charneira de todo o movimento operacional que tinha lugar nesse Oceano.” (Lima, 1976, p. 267).

O Arquipélago tornou-se uma escala de relevância geoestratégica, a conectar as rotas oceânicas entre a Europa, a Costa da África, o Oriente e as Américas, constituindo-se como uma “placa giratória entre o Novo e o Velho Mundo” (Costa, 2008, p. 53).

Devido à condição insular, a mobilidade consistiu em uma característica dos Açores. Internamente, com os deslocamentos entre as diferentes ilhas e, externamente, devido aos diversos surtos migratórios que já afetaram as ilhas. “Inter-ilhas, para o continente ou para o exterior, as movimentações das gentes açorianas foram uma realidade ao longo dos tempos.” (Rocha, 2005, p. 127).

Além de ser utilizado como ponte que viabilizava o processo de interligação de continentes, o Arquipélago também forneceu contingentes humanos para a ocupação de territórios estratégicos pelo império português. “A emigração caracterizou historicamente a vida portuguesa e desenhou de forma incontornável a personalidade das ilhas” (Andrade, 2017, p. 38).





O EDITAL

Com o edital de 31 de agosto de 1746, D. João V, rei de Portugal, dá início à migração açoriana para a América Meridional. O documento estabelece a colonização das “terras dos confins” com moradores do Arquipélago dos Açores, determinando o transporte de casais açorianos com suas famílias.

A proposta incluía o recebimento de terras e ajuda de custo, em troca de contribuir com a guarda e a defesa do território português do sul do Brasil e foi divulgada nas Ilhas como uma mercê do Rei às colônias dos Açores e do Brasil.



El Rei, Nosso Senhor, atendendo ás representações dos moradores das Ilhas dos Açores, que lhe têm pedido mande tirar delas número de Casas que for servido e transportá-los ao Brasil, donde resultará ás ditas Ilhas grande alívio em não ver padecer os seus moradores, reduzidos aos males que traz consigo a indigência em que vivem e, ao Brasil, grande benefício em fornecer de cultos alguma parte dos vastos domínios do dito Estado (...)².

[illegible]

² Edital Régio de 1746. Arquivo Histórico Ultramarino (Lisboa). Fundação Biblioteca Nacional (Brasil).

A Política de Casais

A partir do Edital de 1746 começa a migração das famílias açorianas para o Brasil Meridional, referidas como “Casais do Número”, “Casais das Ilhas”, “Casais de ilhéus” ou “Casais d’El Rey”. A utilização dessa “política de casais”³ foi adotada por Portugal como forma de garantir e expandir a posse do território americano, estabelecendo um “programa de colonização organizada”, para povoar as regiões de Santa Catarina e do Rio Grande de São Pedro (Pesavento, 1991, p. 15).

“Casal” abrangia toda a unidade familiar estabelecida ao redor do chefe da família, o “cabeça do casal” (paterfamilias). Segundo Hespanha (1993), nas relações do Antigo Regime, a noção de família não se restringia aos que partilhavam do mesmo círculo doméstico, estendendo-se a pessoas relacionadas pela geração ou afinidade, servos e outros criados.

Um casal podia incluir, além de marido e mulher; seus filhos e filhas menores e os maiores, solteiros e/ou viúvos com filhos; seus netos e netas órfãos; parentes próximos como pais idosos ou viúvos, irmãos, irmãs, tios, tias, sobrinhos, sobrinhas; e também agregados, como genros, noras, cunhados, cunhadas, sogro, sogra, afilhados, afilhadas, parentes consanguíneos ou por afinidade e pessoas a seu serviço.

Coleção de trajos das Ilhas dos Açores por volta de 1850. Biblioteca Nacional de Portugal.



A expressão designativa “Casal d’El Rey” era utilizada para identificar os indivíduos que, a partir do Edital de 1746, por “mercê real”, receberam subsídios da Coroa Portuguesa para virem povoar o Brasil Meridional, compreendendo além do casal em si, também seus parentes e agregados.

“Casais das Ilhas” ou “Casais de ilhéus” era a referência geográfica para indicar a origem das famílias imigrantes, abarcando tanto as famílias dos Açores quanto os habitantes da ilha da Madeira, que foram incluídos no projeto pela Provisão régia de 9 de agosto de 1747.

Já a expressão “Casal do Número” designava os casais registrados nos Livros de Matrícula que eram atendidos pela Fazenda Real, não sendo exclusiva dos casais alistados no Edital de 1746 (Queiroz, 1985). Abrangia tanto casais constituídos nas ilhas quanto novos casais formados por açorianos e/ou madeirenses em solo brasileiro. Observe-se que a expressão correta para os designar era casal “do” número (do número dos que contavam com a mercê do Rei) e não “casal de número”, termo adotado comumente (Silveira, 1986).

³ A aplicação da política dos casais das ilhas foi utilizada por Portugal, desde o século XVI. Em 1550, ainda em número reduzido, foram enviados para a fundação da Bahia. O fluxo migratório se intensificou nos séculos XVII e XVIII, para o Pará, Maranhão, Colônia do Sacramento e, sobretudo, no final da década de 1740, para Santa Catarina e Rio Grande de São Pedro (Rodrigues, 2011).

a unia para o castelo de Roma q. n. p. de munda.
 Sem leuio, mas sempre de m. p. de m. n. o.
 Com. para em. de. p. n. o. com o exame de. p. e.
 Senecita para. de. p. n. o. que pode. de. p. e.
 Nestamati. Que de. p. de. C. M. a. g.
 de. p. n. o. de. C. a. z. a. c. o. q. de. p. n. o. mandar
 para o Brasil de. p. n. o. p. n. o. de. p. n. o. n. e. c. n. a. r. i. a.
 do. M. i. n. i. s. t. r. o. d. a. I. l. h. a. s. para mandarem publicarem
 esta resolução e honrarem a. l. i. a. p. n. o. q. de. p. e.
 reuitem, que n. a. o. de. p. n. o. p. n. o. de. p. n. o. de. p. n. o.
 annos sendo. de. p. n. o. de. p. n. o. de. p. n. o. de. p. n. o.
 re. p. n. o. q. a. p. n. o. de. p. n. o. de. p. n. o. de. p. n. o.
 n. l. e. v. a. r. a. f. a. c. i. l. m. e. n. t. e. i. o. c. o. m. a. p. n. o. de. p. n. o.
 em. m. a. n. a. m. i. z. e. r. i. a. c. o. m. t. u. d. o. de. p. n. o. q. p. q. e.
 v. a. o. c. o. m. m. a. s. g. o. i. t. o. c. o. m. m. i. l. i. t. e. r. a. p. e. r. d. e. r. e. M. a. g.
 Conceder o. p. n. o. p. n. o. de. p. n. o. de. p. n. o. de. p. n. o.
 n. a. c. h. o. p. n. o. de. p. n. o. p. n. o. de. p. n. o. de. p. n. o.
 C. a. z. a. l. h. u. m. a. n. a. c. o. de. p. n. o. de. p. n. o. q. e. f. i. c. a. r. a. S. e. n. d. o. n. a.
 C. e. a. g. a. m. i. l. i. a. m. a. i. o. r. p. a. l. e. n. a. o. de. p. n. o. de. p. n. o.
 o. u. i. d. o. de. p. n. o. de. p. n. o. de. p. n. o. de. p. n. o. de. p. n. o.
 de. p. n. o. q. e. n. a. o. n. i. s. o. de. p. n. o. de. p. n. o. de. p. n. o.
 p. n. o. de. p. n. o. de. p. n. o. de. p. n. o. de. p. n. o. de. p. n. o.
 e. m. d. u. m. e. n. t. o. a. l. g. u. m. q. p. e. n. o. de. p. n. o. de. p. n. o.
 S. e. m. p. r. e. l. i. c. i. t. o. q. u. e. d. i. r. e. m. S. e. m. a. n. a. c. o. c. o. m. m. a. s. m. o. r. a. d. o. r. e. s.
 de. p. n. o. de. p. n. o. de. p. n. o. de. p. n. o. de. p. n. o. de. p. n. o.

* Consulta do Conselho Ultramarino ao rei D. João V, 8 de agosto de 1746.
 Arquivo Histórico Ultramarino (Lisboa), Fundação Biblioteca Nacional (Brasil).

Condições e Auxílios

Para se alistar as pessoas deveriam ser jovens e ter boa saúde. Os homens até 40 anos e as mulheres até 30 anos. Era dada preferência aos agricultores e artesãos. Além dos custos da viagem, cada casal receberia um quarto de légua em quadra de terras para cultivo, ferramentas, sementes, duas vacas e uma égua. Cada mulher, casada ou solteira, de mais de doze anos e menos de vinte e cinco, receberia 2.400 réis de ajuda de custo e cada filho, mil réis. No primeiro ano ainda ganhariam farinha para o sustento de cada pessoa com mais de sete anos de idade. Quando a família aumentasse, podendo cultivar mais terras, poderiam pedi-las ao governador, o que gerou a formação de arranjos matrimoniais entre os filhos dos casais, visando a obtenção de novas terras.

Que depois de V. M. determinar o número de Casais que é servido mandar para o Brasil, se devem passar as ordens necessárias aos Ministros das Ilhas para mandarem publicar esta resolução e tomarem a rol as pessoas que se oferecerem, que não devem passar da idade de quarenta anos sendo homens, nem da de 30 se forem mulheres. E posto que a pobreza dos moradores das Ilhas os levará facilmente, só com a esperança de viverem em menos miséria, contudo se persuade g. para que vão com mais gosto e os melhores, lhes deve V. M. conceder o privilégio para não serem obrigados a servir nas tropas regulares, e mandar juntamente que se dê a cada casal um quarto de légua de terra que ficará sendo sua e, se a família for maior, poderá o Governador a seu arbitrio, ouvido o Procurador da Fazenda, conceder-lhe mais até uma légua, e que não serão obrigados a pedir confirmação destas primeiras concessões nem por elas se lhes levará enolumento algum, e pelo tempo adiante lhes ficará sempre lícito o pedirem sesmarias, como os mais moradores do Brasil.*





Divulgação do Edital nas Ilhas

O programa de transferência para o sul do Brasil foi divulgado em todas as ilhas, com a distribuição de cópias do Edital, apregoando as vantagens oferecidas aos que decidissem emigrar.

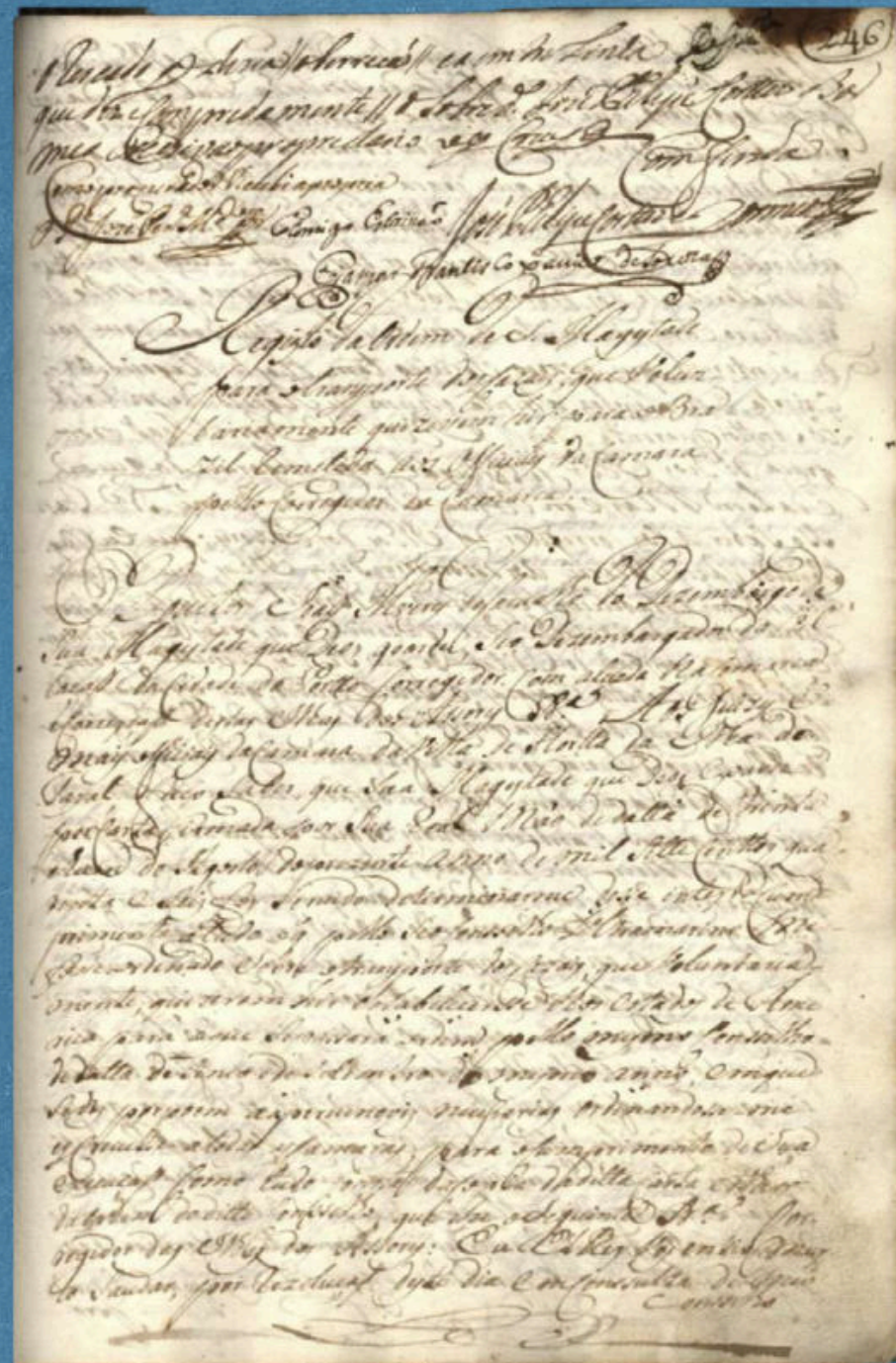
As ordens do rei D. João V foram remetidas a todas as Câmaras do Arquipélago pelo Corregedor dos Açores João Alvares de Carvalho. No livro de registros da Câmara da Horta, no Faial, com data de 12 de dezembro de 1746⁵, encontram-se transcritas a ordem enviada pelo Corregedor e as cartas régias determinando o transporte dos Casais, que voluntariamente quisessem ir estabelecer-se nos Estados da América.

Ao alistar-se, eram registrados os sinais distintivos de cada cabeça de casal, sua saúde, disposição, estatura e ocupação. O formulário detalhava nome, idade, naturalidade, residência, profissão, condição física, estado civil e traços fisionômicos, tais como forma do rosto, do nariz, da boca, barba, cor da pele, dos olhos e do cabelo. Os casados preenchiam também informações sobre a mulher, filhos, parentes e acompanhantes, indicando nome, idade, naturalidade e relação de parentesco.



Coleção de trajos das Ilhas dos Açores por volta de 1850. Biblioteca Nacional de Portugal.

⁵Registro da ordem de Sua Majestade para o transporte dos casais. BPANJG, 08-LV-REG-CMHORTA. Direção Regional da Cultura, Governo dos Açores.



ALISTAMENTO

Em 17 de setembro de 1747, o Corregedor das Ilhas envia o rol de alistados ao Rei, informando o alistamento de 1.281 casais, compreendendo 6.939 pessoas, além de 1.030 pessoas avulsas. Segundo Meneses (2013, p. 167-8), “no propósito de quantificação dos povos, o processo de alistamento de voluntários para a ilha de Santa Catarina em 1747 move a organização de um mapa da população do arquipélago, que peca pela demasiada condensação da informação e decerto pela falta das crianças com menos de 7 anos”.

AÇORES: POPULAÇÃO E ALISTAMENTO PARA O BRASIL (1747)

Ilhas	População	Alistados (N°)	Alistados (%)
Santa Maria	4.280 (4.922)	-	-
São Miguel	46.415 (53.377)	328	0,71 (0,61)
Terceira	22.468 (25.838)	919	4,09 (3,56)
Graciosa	6.799 (7.819)	771	11,34 (9,86)
São Jorge	11.616 (13.358)	2.850	25,54 (21,34)
Faial	13.902 (15.987)	1.287	9,26 (8,10)
Pico	17.172 (19.748)	1.816	10,58 (9,20)
Flores	4.522 (5.200)	-	-
Corvo	427 (491)	-	-
Total	127.601 (146.740)	7.971	-

Elaboração gráfica com base em Meneses (2014, p. 129). Nas colunas população e porcentagem de alistados, os valores entre parêntesis referem-se às estimativas resultantes da aplicação de uma taxa de 15%, utilizada como aproximação para incluir os menores de 7 anos, que não figuram no original.



quadro apresenta os números referentes a seis ilhas, totalizando 7.971 pessoas registradas, indicando o total de alistados e a percentagem proporcional à população de cada ilha. Os dados não informam os registrados em Santa Maria, Flores e Corvo, embora tenham emigrado moradores de todas as ilhas. As ilhas de São Jorge, do Pico e do Faial registram o maior número de inscritos em números absolutos. Em São Jorge, Graciosa e Pico encontra-se o maior índice, na perspectiva proporcional aos seus habitantes, alcançando São Jorge um quinto de sua população alistada.

Tábua dos Casais e Pessoas que por Ordem do S. Magestade se alistaram nestas Ilhas no ano de 1747

Ilha	Casais	Pessoas	Porcentagem
S. Miguel	4.77	2.27	0.00
S. Jorge	4.62	2.62	0.00
S. Pico	4.62	2.62	0.00
S. Faial	4.62	2.62	0.00
S. Graciosa	4.62	2.62	0.00
S. Flores	4.62	2.62	0.00
S. Corvo	4.62	2.62	0.00
Total	4.62	2.62	0.00

Elaboração gráfica conforme Tábua dos casais e Pessoas que por ordem de S. Magestade se alistaram nestas ilhas no ano de 1747. Arquivo Histórico Ultramarino.

Antecedentes do Percurso

A vida de Manuel da Rosa e Ana Pereira no Faial

Situadas no Oceano Atlântico Norte, entre os 36° 55' e os 39° 43' de latitude Norte e os 24° 46' e os 31° 16' de longitude Oeste, as ilhas emergem do oceano de uma plataforma triangular. De origem vulcânica e clima temperado úmido, a formação dos Açores está relacionada a sua situação geodinâmica, localizada na junção tripla das placas tectônicas Americana, Euro-asiática e Africana. Dada essa gênese, os riscos de tremores e erupções são característicos, sendo o Faial o mais afetado pelos eventos sísmicos (REOTA, 2003).

O Faial faz parte das ilhas do Grupo Central do Arquipélago dos Açores, sendo o vértice mais a Oeste das chamadas “ilhas do triângulo”, em conjunto com a ilha de São Jorge e a ilha do Pico.



Homem da ilha do Pico, João Palhares.
Biblioteca Nacional de Portugal.

Ilhas do Triângulo



Myrica faya (Myricaceae), de C. Chuffin.
Bibliothèque Université Clermont Auvergne,
Herbiers universitaires de
Clermont-Ferrand.



Fragmento do mapa "Isole Azzori, ó Azzoridi", de V. Coronelli, 1695. Universidade de Coimbra. BGD.

Castelo Branco



Antigas casas do campo.
Fial, Açores.
Instituto Cultural
de Ponta Delgada.

A família de Manuel da Rosa e Ana Pereira morava na freguesia de Castelo Branco, região rural destinada à agricultura e à pesca. As casas de origem popular eram baixas, térreas ou sobrados e os casebres mais humildes, construídos com pedra vulcânica e cobertos de palha de trigo, com duas ou três divisões internas (D'Almeida, 1893; Vasconcellos, 1926; Webster, 1821). A condição financeira da família pode ser identificada a partir da localização dos registros paroquiais de batismo, casamento e óbito.



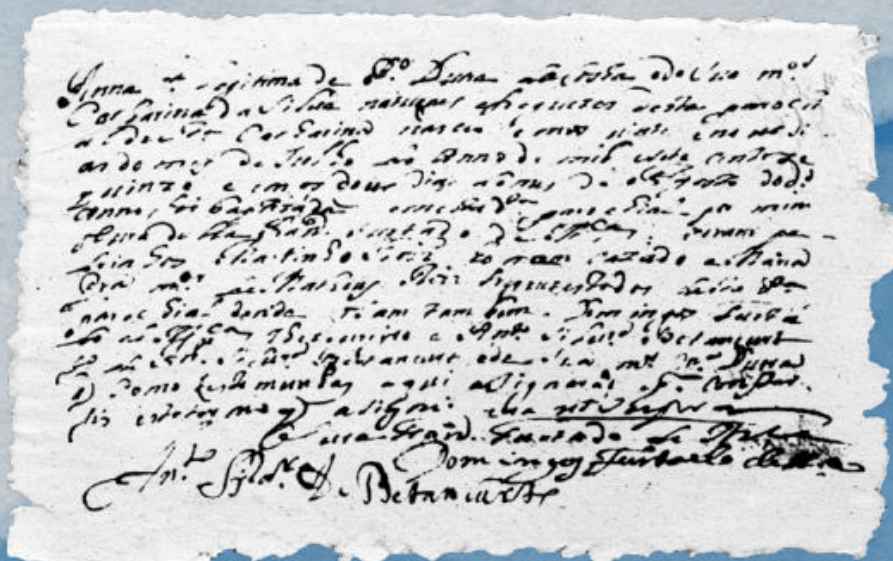
Manuel era filho de Bartolomeu da Rosa e Beatriz Goulart. Havia nascido na vizinha freguesia do Capelo, em 26 de abril de 1711, sendo seu batismo realizado em 3 de maio do mesmo ano, na Igreja da Santíssima Trindade. Depois do nascimento de Manuel, seus pais batizam mais três filhos no Capelo, de quem não se tem mais informações além do batismo.

Manoel filho legítimo de Bartolomeu da Rosa e sua m.^{te} Beatriz Goulart
foi baptizado em vinte e seis de abril de mil setecentos e onze por
nascimento em tua de Maio do dito anno nella Parochia da Santissima Trindade
dada por mim o cura Pedro Ribeiro em presença dos testemunhos Bartolomeu
e Ana Goulart de quem foram padrinhos João da Silva e Ana Maria da Silva
e Maria Goulart filha de Manoel da Rosa todos naturaes e fregueses desta Parochia
e da Santissima Trindade de quem foi o primeiro e o segundo Manoel da Rosa
e o terceiro João da Silva

Registro de batismo de Manuel. Direção Regional da Cultura, Governo dos Açores.

A composição social do nome

Ana Pereira era natural da freguesia de Castelo Branco, filha de Pedro Dutra da Costa, de alcunha “O Malaca” e Catarina da Silva, também naturais do Castelo Branco. Ana nasceu no dia 29 de julho de 1715 e foi batizada em 2 de agosto, na Igreja paroquial de Santa Catarina do Castelo Branco. Ana foi a terceira filha do casal, que teve seis filhos.



Registro de batismo de Ana. Direção Regional da Cultura, Governo dos Açores.

A escolha do nome de um recém-nascido e a transmissão dos prenomes, segundos nomes e sobrenomes não tinham normas claras, ocorrendo de maneira irregular e não linear, com a frequente existência de homônimos. Na composição do nome, as escolhas não seguiam a lógica da transmissão do sobrenome de uma geração para a seguinte, não sendo imperativo que fosse adotado o mesmo que o utilizado pelos pais. Hameister (2006, p. 102) alerta que, “ao se estudar, então, a transmissão de sobrenomes nessa sociedade, deve-se abdicar de qualquer pretensão a uma lógica matemática de combinações entre lado materno e paterno e ater-se aos valores dessa própria sociedade”.

Amorim (1983) adverte quanto à ausência de regras básicas de identificação na formação dos nomes:

O nome próprio recebido no baptismo podia ter relação com os nomes próprios dos pais, avós ou outros familiares, com os nomes dos padrinhos, com os oragos das paróquias, com pontos altos do culto de determinados santos, mas tinha muito a ver com modas que se localizam perfeitamente no tempo e que ultrapassam as fronteiras das paróquias, mesmo as mais isoladas (Amorim, 1983, p. 213).



onforme o costume, ao nascer a criança recebia apenas o nome de batismo, sem o acréscimo de sobrenome, que ia sendo completado no desenrolar da vida. Como não havia registro civil, o registro de batismo era usado como documento de nascimento.

Assim, o livro paroquial destinado à anotação dos batizados informava apenas o prenome dos recém-nascidos, sem constar sobrenome, como se pode ver nos assentos de batismo de Manuel e Ana. O sobrenome era agregado ao primeiro nome somente ao chegar à idade adulta, ao casar-se ou atingir independência financeira ou capacidade de afirmar-se socialmente. “Na altura do casamento o nome completava-se e, para o indivíduo que não chegara a casar, seria necessário que tivesse atingido independência económica (sic) para que no seu assento de óbito figurasse o nome próprio seguido de apelido” (Amorim, 1983, p. 213). Nas mulheres solteiras, ao nome próprio era costume o uso da expressão “filha de”; depois de casadas passavam a ser identificadas como “mulher de” e, ao falecer o marido, “viúva de”.

A morte de Catarina, irmã de Ana, em 30 de janeiro de 1729, ilustra a forma como os registros se referiam aos filhos solteiros. Seu registro de óbito informa: “faleceu da presente vida, Catarina, filha legítima de Pedro Dutra da Costa e de sua mulher Catarina Silva, desta paroquial de Santa Catarina, lugar de Castelo Branco, desta ilha do Faial. Faleceu da vida presente em os trinta dias do mês de janeiro do ano de mil setecentos e vinte e nove, tendo recebido todos os sacramentos à moribunda necessários, sendo de idade de dezoito anos, pouco mais ou menos”.

Registro de óbito de Catarina. Direção Regional da Cultura, Governo dos Açores.

Na filha legítima de Pedro Dutra da Costa e de sua mulher Catarina Silva, faleceu da presente vida, Catarina, filha legítima de Pedro Dutra da Costa e de sua mulher Catarina Silva, desta paroquial de Santa Catarina, lugar de Castelo Branco, desta ilha do Faial. Faleceu da vida presente em os trinta dias do mês de janeiro do ano de mil setecentos e vinte e nove, tendo recebido todos os sacramentos à moribunda necessários, sendo de idade de dezoito anos, pouco mais ou menos. O registro de óbito de Catarina, filha legítima de Pedro Dutra da Costa e de sua mulher Catarina Silva, desta paroquial de Santa Catarina, lugar de Castelo Branco, desta ilha do Faial. Faleceu da vida presente em os trinta dias do mês de janeiro do ano de mil setecentos e vinte e nove, tendo recebido todos os sacramentos à moribunda necessários, sendo de idade de dezoito anos, pouco mais ou menos.

Assim, os filhos e filhas solteiros adultos, que viviam sobre o pátrio poder, os chamados “filhos familiares” ou “filho-famílias”, eram designados apenas pelo nome de batismo mesmo depois de adultos e, ao falecer, em seu registro de óbito, eram identificados pelo nome próprio, seguido da expressão “filho de” ou “filha de” e o nome do pai.



Coleção de trajos das Ilhas dos Açores por volta de 1850. Biblioteca Nacional de Portugal.

Situação financeira

Ana ficou órfã aos 15 anos de idade, quando morreu sua mãe, Catarina Silva, em 15 de abril de 1730, aos 46 anos. Em 8 de julho de 1735, poucos dias antes de Ana completar 20 anos, Pedro Dutra, seu pai, faleceu aos 69 anos.

[illegible]

Registro de óbito de Pedro Dutra, o Malaca. Direcção Regional da Cultura, Governo dos Açores.

É a partir das informações sobre a morte dos pais de Ana que se pode presumir a condição econômica desfavorável enfrentada pela família. O livro de óbitos de Castelo Branco traz a anotação de missas e sufrágios pela alma de Catarina Silva, que não fez testamento “por ser pobre”. Já na morte de Pedro Dutra, seis anos após, o documento indica: “não fez testamento por ser muito pobre”. Essa anotação sobre a condição econômica dos falecidos estava condicionada aos critérios de cada pároco, mas nos livros de óbito da paróquia de Castelo Branco, há uma gradação entre ser pobre, muito pobre e “pobríssimo”, sendo este último, o caso dos que viviam de esmolas ou “quase de esmolas”, indicativo de pobreza extrema. A partir desses registros, pode-se perceber que, após a morte de Catarina Silva, a família perdeu poder aquisitivo, passando da condição de pobre para a de muito pobre.

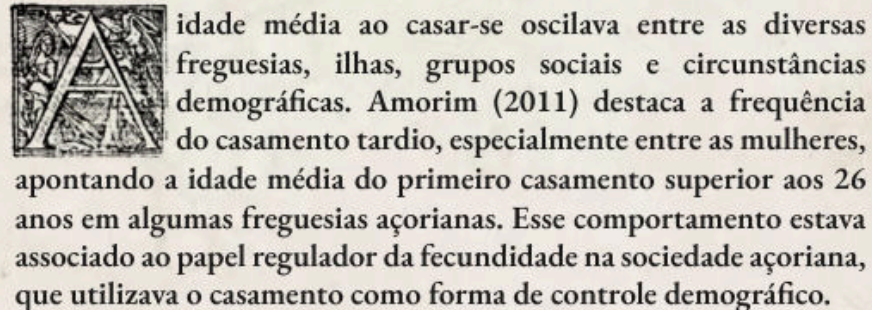
Registo de óbito de Catarina da Silva. Direcção Regional da Cultura, Governo dos Açores.



Manuel da Rosa e Ana Pereira

[illegible]

Registo de casamento de Manuel da Rosa e Ana Pereira. Direcção Regional da Cultura, Governo dos Açores.



As restrições territoriais das ilhas, a idade ao casar-se e o número de pessoas que se mantinha solteira, os chamados celibatários definitivos, eram elementos que podiam levar ao controle do crescimento populacional. Em muitas famílias, nem todos os filhos adultos chegavam ao casamento, sendo mais frequente as mulheres permanecerem solteiras, enviadas aos conventos como freiras ou permanecendo sob a guarda paterna. Entretanto, em épocas de crises, que levavam a um aumento da mortalidade, a idade ao casar-se, o intervalo entre o nascimento dos filhos e o número de celibatários diminuía, visando dar maior ritmo ao crescimento demográfico. Assim, a idade de celebração do primeiro casamento das mulheres, a proporção de mulheres casadas ou solteiras e a fertilidade dos casais serviam para controlar a dinâmica populacional (Amorim, 2011; Rodrigues, 2008).

Embora se desconheça as circunstâncias em que ocorreu o casamento de Manuel e Ana, a data de nascimento da filha Jacinta Bernarda, em 8 de agosto de 1743, revela que a noiva estava grávida ao se casar.

Handwritten text from a baptismal record, likely in Portuguese, mentioning names like Jacinta Bernarda and dates.

Registro de batismo de Jacinta. Direção Regional da Cultura, Governo dos Açores.

No século XVIII, o casamento religioso tinha efeitos civis e competia a Igreja Católica sua realização e ordenamento. Nos Açores, a fonte normativa era as Constituições Sinodais da diocese de Angra, bispado da ilha Terceira, com jurisdição sobre as nove ilhas.



Constituições Sinodais do Bispado Dangra, 1560. Biblioteca Nacional de Portugal.



s que pretendiam casar-se deveriam procurar o padre de sua freguesia, para este fazer as denúncias por três domingos durante a missa. Estas denúncias, também chamadas banhos, eram anúncios proclamados pelo pároco, apregoando a intenção dos noivos em contrair matrimônio, conclamando os fiéis a que denunciasses caso soubessem da existência de algum impedimento, tais como consanguinidades, laço espiritual, votos religiosos, pertencimento a ordens sacras ou nos casos em que um dos contraentes já houvesse sido casado e seu cônjuge ainda estivesse vivo.

Na primeira vez em que os denunciar lhes amostrará duas coisas, a primeira que se hão de confessar e cômungar, segundo o antigo e bom costume deste bispado para em estado de graça contrairem este sacramento e não em pecado. A segunda que não hão de ser recebidos sem saberem ambos o Pater noster e Ave Maria e Credo e os mandamentos de Deus e da Igreja (Constituições..., Título X, § 1).



TIT. X. DO SACRAMENTO DO MATRIMONIO.

¶ E sendo os que asfi querem casar cada hũm de sua freiguesia em ambas se faram as amoestações & banos. E na primeira vez que os denunciar lhes amostrará duas cousas, a primeira que se hão de confessar & comungar, Segundo o antiguo & bõ costume deste Bispado pera em estado de graça contraherem este Sacramento, & não em pecado. A segunda que nã hão de ser recebidos sem saberẽ ambos o Pater noster & aue Maria, & Credo, & os mandamentos de Deos & da ygreja. E doutra maneira os não receberá sob pena de hum cruzado pera a fabrica da ygreja onde o tal recebimento se fizer, & pera o meirinho, ou quem o accusar. E feitos os Banos, não achando o vigairo ou cura impedimento em ambas as igrejas (do que primeiro se informará por asinado do outro cura) & constandolhe como todo está cõprido no modo sobredito, os poderá liuremẽte receber por marido & molher, conforme ao costume & solemnidade atee agora neste Bispa do guardada. E o recebimento se fará de dia, & não de noite, na ygreja onde forem freigueses, & não em hermidas, nem em suas casas, sem nossa expressa licença in scriptis, sob pena de dous mil rês & do Aljube.

Título X, §1. Constituições Sinodais do Bispado Dagra, 1360. Biblioteca Nacional de Portugal.



aso os noivos morassem em freguesias diferentes, as admoestações e banhos deveriam ser realizados nas duas paróquias. Tendo sido feitos os banhos e não havendo impedimento, podiam livremente receber-se por marido e mulher, conforme o costume e solenidade adotados no bispado. As Constituições Sinodais de Angra também determinavam a necessidade de solenizarem-se os casamentos com bodas, exigindo três condições: a benção dos noivos; a noiva ser entregue e levada para casa do noivo; e a solenidade do convite (Constituições..., Título X, § 6).

Apesar das tentativas da Igreja de regular os comportamentos sexuais pela doutrina religiosa, os dados apresentados por Amorim (2019) indicam a ocorrência de concepções pré-nupciais, como o caso dos noivos com algum grau de parentesco, que precisavam aguardar as dispensas das autoridades eclesiásticas para poder realizar seu casamento. Nestes casos, era frequente os filhos nascidos fora do casamento serem batizados como ilegítimos, visto que os pais ainda não haviam casado. A ocorrência de relações pré-nupciais é demonstrada pela autora também no caso de quem havia casado legitimamente, mas em que o período transcorrido entre o casamento e o nascimento do primeiro filho, registra intervalos menores do que oito meses. Esse parece ser o caso de Manuel e Ana. Entretanto, os poucos dados sobre seus familiares não permitem confirmar que se tratasse de um casamento consanguíneo.

View of the city of Fayal. Plan of channel thro the Azores between the islands Fayal and Ploa, Alexander Dalrymple, 1782. Bibliothèque nationale de France.



O nome como herança

É pelo nome que se diferencia um indivíduo do outro e se pode reconstituir suas relações familiares e redes de relacionamento. A utilização do nome como fio condutor da pesquisa documental é indicada por Ginzburg e Poni como forma de reconstituir o vivido e poder identificar as estruturas invisíveis que circunscrevem os indivíduos e dentro das quais o vivido se articula. Em “O nome e o como”, os autores destacam o método onomástico não apenas como uma forma de reconstituição das famílias, mas como forma de reconstruir o entrelaçado complexo das relações sociais. “As linhas que convergem para o nome e que dele partem, compondo uma espécie de teia de malha fina, dão ao observador a imagem gráfica do tecido social em que o indivíduo está inserido” (Ginzburg; Poni, 1989, p. 175).

Ao tecer essas redes de relacionamentos, o nome vai ser o elemento chave para organizar e identificar estratégias encobertas de poder e parentesco, que o indivíduo estava inserido desde o nascimento. Observe-se então a lógica na atribuição de nomes aos filhos do casal Manuel da Rosa e Ana Pereira. A mais velha foi chamada Jacynta, nome comum entre as mulheres açorianas, mas que não foi localizado nas gerações anteriores de sua família. Ao identificar a data de seu batismo, 13 de agosto, percebe-se a proximidade com a festa de São Jacinto, celebrada em 15 de agosto e que pode ter motivado a escolha de seu nome. Embora ao nascer tenha sido batizada apenas como Jacynta, no decorrer de sua vida, passou a chamar-se Jacinta Bernarda, sem utilizar sobrenome algum.

O segundo filho, nascido em 23 de abril de 1745, ao ser batizado aos 29 dias do mesmo mês e ano, recebeu o nome do pai: Manuel.

[illegible]

Registro de batismo de Manuel. Biblioteca Nacional de Portugal.



Fayal (Iles Acores). Biblioteca Nacional de Portugal.



epois de adulto, Manuel vai assumir também o sobrenome de seu pai: Manuel da Rosa, tornando-se homônimos. A transmissão do nome paterno como herança imaterial não era uma característica apenas das famílias nobres, mas utilizada por toda a população açoriana.

Manuel também era o nome de seu padrinho de batismo, o tio materno Manuel Dutra da Silva, casado com a órfã Maria Goulart. Embora o casamento de Manuel Dutra da Silva e Maria Goulart tenha ocorrido nove meses depois que o de sua irmã Ana Pereira com Manuel da Rosa, em 21 de outubro de 1743, as duas anotações estão localizadas uma abaixo da outra, na página 76 do livro de casamentos da paróquia de Santa Catarina do Castelo Branco. Depois disso, em 4 de junho de 1748, Manuel Dutra da Silva faleceu e sua viúva, Maria Goulart, voltou a casar-se, com Antônio Silveira Rodrigues.

O casal Manuel da Rosa e Ana Pereira ainda teve um terceiro filho nos Açores: José, nascido em 25 de agosto de 1748 e batizado em 1 de setembro. O menino recebeu o mesmo nome de seu padrinho de batismo, José Silveira, filho do capitão Manuel de Ávila Silveira Peixoto e Catarina Josefa.

*Me fillos baptizados de Manuel da Rosa e de Ana Pereira
Foi no dia 25 de Agosto de 1748 baptizado o menino
José filho de Manuel da Rosa e de Ana Pereira
Padrinho de Manuel da Rosa o Sr. Manuel Dutra da Silva
e de Ana Pereira o Sr. Antonio Silveira Rodrigues
O Sr. Manuel Dutra da Silva e a Sr. Maria Goulart
se casaram no dia 21 de Outubro de 1743
e o Sr. Antonio Silveira Rodrigues e a Sr. Maria Goulart
se casaram no dia 4 de Junho de 1748
Depois disso o Sr. Manuel Dutra da Silva faleceu
e a Sr. Maria Goulart voltou a casar-se com
o Sr. Antonio Silveira Rodrigues*

Para Levi (2000), nas sociedades do Antigo Regime, indivíduos e famílias estavam vinculados uns aos outros, criando “identidades sociais”. O nome de família era um dos elementos estratégicos utilizados como forma de vincular indivíduo e família, criando uma certa segurança. O reconhecimento social advindo pelo nome constituído com base na linhagem ou prestígio familiar, configuravam um legado estendido aos membros da família, uma espécie de “herança imaterial”.

A notoriedade ou posses de um lado ou outro da família, a convivência ou identificação com a linhagem paterna ou materna, podiam levar à adoção do sobrenome dos avós, de parentes mais distantes, dos padrinhos ou pessoas socialmente influentes, poderosas ou estimadas pela família, seja por aproximação afetiva ou dependência socioeconômica, visando obter prestígio e reconhecimento ou como forma de consideração e homenagem. Em alguns casos, um sobrenome que havia caído em desuso em gerações anteriores passava a ser novamente adotado, como complemento. As variações também podiam levar à troca do nome ou sobrenome ao longo do tempo, descartando um prenome ou apelido e adotando outro ou, até mesmo, trocando completamente de nome.



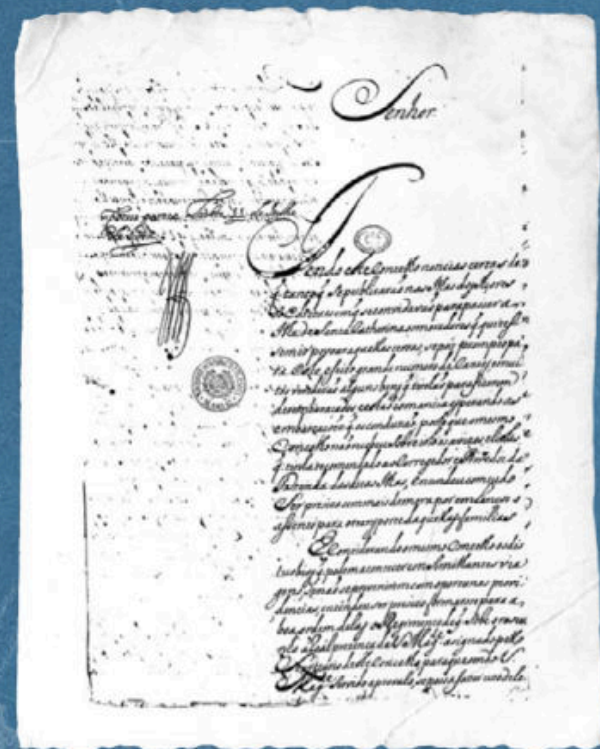
Pico (Ilhas Açores) Biblioteca Nacional de Portugal.

Os Preparativos para o Transporte

O clima nas ilhas era de expectativa, diante dos preparativos do transporte. Tão logo haviam sido publicados os editais com o convite para povoar as terras brasileiras, muitos casais de todas as ilhas ficaram prontos, à espera do embarque.

“Muitos venderam alguns bens que tinham para ficarem desembaraçados e estão com ânsia esperando as embarcações que os conduzam”, informava ao rei o Conselho Ultramarino, mediante a Consulta de 26 de agosto de 1747⁸, em que apresentava as providências para garantir a boa ordem dos transportes.

⁸ Consulta do Conselho Ultramarino ao rei D. João V, de 26 de junho 1747. Arquivo Histórico Ultramarino (Lisboa). Fundação Biblioteca Nacional (Brasil).



Os conselheiros alegavam que, apesar de ainda não terem recebido os avisos e listas que haviam encomendado, urgia tomar as providências necessárias, com a “brevidade que se faz precisa em todas as dependências deste negócio, por estar o verão tão adiantado” (Ibid).

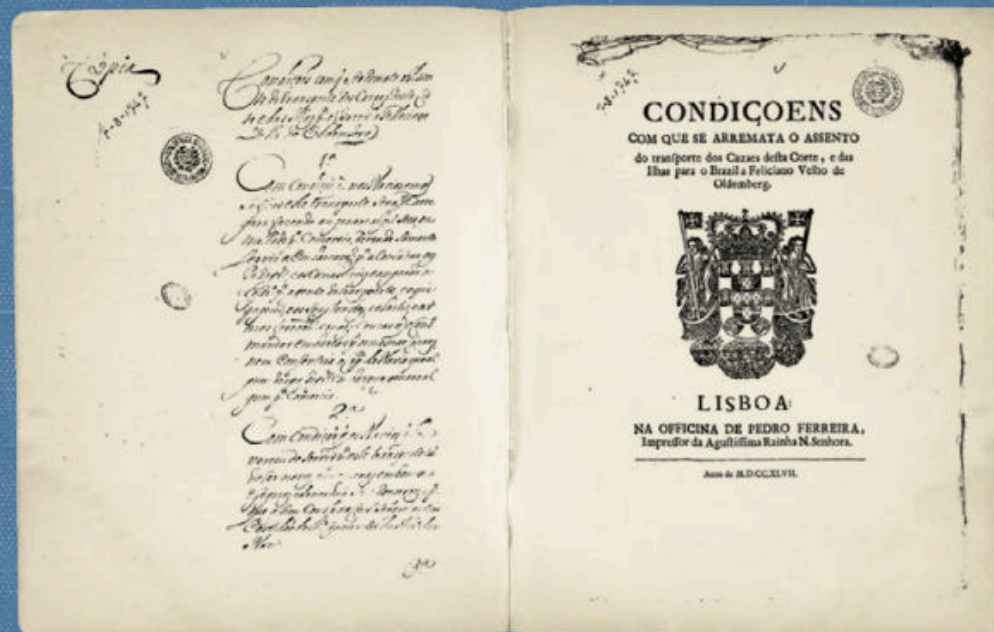
Por isso, recomendavam uma série de medidas: o envio de instruções aos governadores do Rio de Janeiro e de Santa Catarina quanto às providências que deveriam tomar para acomodar os casais; aviso aos bispos de Angra e São Paulo sobre a necessidade de haver párocos para acompanhar a viagem e administrar os sacramentos, bem como para servir nas paróquias dos lugares que se iriam fundar; a elaboração de um regimento para organizar os transportes; a escolha e contratação do assentista selecionado.



A cidade de Angra [...], de J. Linschoten, 1596. Atlas do Patrimônio Mútuo, Koninklijke Bibliotheek.

O Primeiro Contrato

Em 7 de agosto de 1747 era firmado o contrato com Feliciano Velho de Oldemberg⁹, para o transporte de mil pessoas. O documento incluía vinte e quatro cláusulas que detalhavam as condições do assento, como o valor do contrato; a segurança dos navios; a rota utilizada para realizar a travessia; a acomodação, tratamento e alojamento dos passageiros; o cardápio, preparação, fiscalização e distribuição dos alimentos e da água necessária para beber e cozinhar, considerando-se o tempo do percurso de três meses; o armazenamento da bagagem, armas, ferramentas e equipagem que seriam distribuídas aos casais ao chegar ao Brasil; a dieta para os doentes; a assistência médica e o atendimento religioso a bordo.



Condições com que se arremata o assento de transporte dos casais desta corte e das ilhas para o Brasil a Feliciano Velho de Oldemberg. Arquivo Histórico Ultramarino (Lisboa). Fundação Biblioteca Nacional (Brasil).

Embora esse primeiro assento estipulasse um contrato para transportar mil pessoas, posteriormente foram firmados mais três contratos, assinados com um novo assentista, Francisco de Sousa Fagundes, prevendo o transporte de mais cinco mil e quinhentas pessoas das ilhas dos Açores e da Madeira. Ao todo, os contratos assinados com os dois assentistas previam o transporte de 6.500 pessoas.

⁹ Feliciano Velho de Oldemberg era, em 1741, o principal contratador do comércio de tabaco do Brasil (Bahia), que depois o vendia em Portugal, nas ilhas atlânticas e no norte de África (Coneva, 2010).

O Embarque

Se no início os maiores interessados eram os que buscavam fugir da miséria, diante da concretização dos preparativos, parte da população que até então não havia dado crédito ao projeto, passou a se interessar e pedir o prosseguimento dos assentamentos. Embalados pelos incentivos régios e possibilidades de prosperidade, “muitos nobres, sobretudo filhos segundos, arredados da fruição do patrimônio familiar” sentiram-se motivados a se alistar (Meneses, 2014, p.142).

O primeiro embarque ocorreu entre os dias 6 e 7 de outubro de 1747, no navio “Jesus Maria José”, que tinha como Capitão Luís Lopes Godelho. Embarcaram 43 casais, que correspondiam a 236 pessoas, sendo 186 adultos e 50 crianças, entre as quais 28 menores de 12 anos e 22 com menos de 3 anos de idade. Três dias depois, em 9 de outubro, o navio “Santa Anna e Senhor do Bonfim”, tendo como Capitão Pedro Lopes Arraya, começou o embarque de 42 casais, sendo 188 adultos, 28 menores de 12 anos e 21 menores de 3 anos de idade. Ao final do dia seguinte estavam embarcadas 237 pessoas.

Interessante observar o modo como era informado o número de pessoas, relacionando o número e a idade das pessoas conforme a quantidade de alimento que recebiam e que determinava o que deveria ser pago ao assentista: adultos relacionados como uma ração por cabeça, os menores de 12 anos indicados como meia ração e as crianças de 3 anos para baixo, sem ração. A Coroa não pagava pela viagem das crianças menores de três anos e, por esse motivo, elas não eram contadas na distribuição dos alimentos.

Depois de alguns dias de tempestade e vento, em 21 de outubro de 1747, as duas embarcações partiram do porto de Angra, na ilha Terceira, em direção à Santa Catarina, levando 473 pessoas. Os dois navios só chegaram em Santa Catarina em 6 de janeiro de 1748, após 85 dias de viagem, tendo 12 passageiros morrido durante a travessia.



O Embarque do Casal do Número

Manuel da Rosa e Ana Pereira

“Nossa Senhora da Conceição e Porto Seguro”. Era esse o navio que saiu do Faial, do porto da Horta, no final de 1751. Entre seus passageiros estava o Casal do Número Manuel da Rosa e Ana Pereira, junto com seus filhos pequenos: Jacinta Bernarda, de 9 anos, Manuel, de 6 anos e José, de 3 anos.

Da filha Jacinta e do filho Manuel tem-se a confirmação de que realizaram a travessia, pois documentos posteriores dão conta de sua movimentação pelo sul do Brasil. Já o filho José, não se tem a certeza de que houvesse embarcado, podendo ter morrido no Faial¹⁰; durante a travessia; após o desembarque ou na vinda da família para o Rio Grande de São Pedro. Além de seus filhos, não se pôde identificar vestígios do embarque de outros familiares junto com o casal. Além dos irmãos Catarina e Manuel Dutra da Silva, já falecidos, sobre os outros irmãos de Ana Pereira, José, Joana e André, assim como Josefa, Pedro e Maria, irmãos de Manuel da Rosa, não se encontrou nenhum registro afora os de batismo.

¹⁰ José pode ter falecido ainda no Faial, sem ter sido anotado seu óbito. Isto porque em caso de morte até os sete anos de idade, não era obrigatório esse registro. Somente após 1769 o óbito dos menores passou a ser registrado de forma sistemática. “Como era corrente acontecer, o registro de crianças falecidas com menos de 7 anos, não obrigadas a preceitos quaresmais, os ‘anjinhos’ que não necessitavam do apoio da Igreja para a sua salvação, não mereceu, numa primeira fase, os mesmos cuidados que encontramos no registro de adultos” (Amorim; Neves, 2009, p. 33).



falta de informações sobre esses familiares nos Açores pode indicar que tenham falecido ainda na infância, não havendo, portanto, a obrigatoriedade de registro de óbito ou que também tenham participado do programa migratório. A falta de informações na comunidade de chegada, tanto em Santa Catarina quanto no Rio Grande de São Pedro, pode indicar que, caso tenham participado do alistamento, fazem parte daqueles que faleceram durante a travessia.

Ao embarcar rumo ao Brasil em 1751, Manuel da Rosa estava com 40 anos e Ana Pereira com 36. Acompanhar esse casal em seu percurso oceânico permite uma aproximação para compreender como era realizada a travessia e quais as principais adversidades enfrentadas pelos passageiros, especialmente pelas mulheres e crianças pequenas. A família reúne, além disso, uma condição especial: Ana Pereira estava grávida e viria a dar à luz a bordo.



“Vue de la Horta”, de Destelle, 1773. Bibliothèque nationale de France.

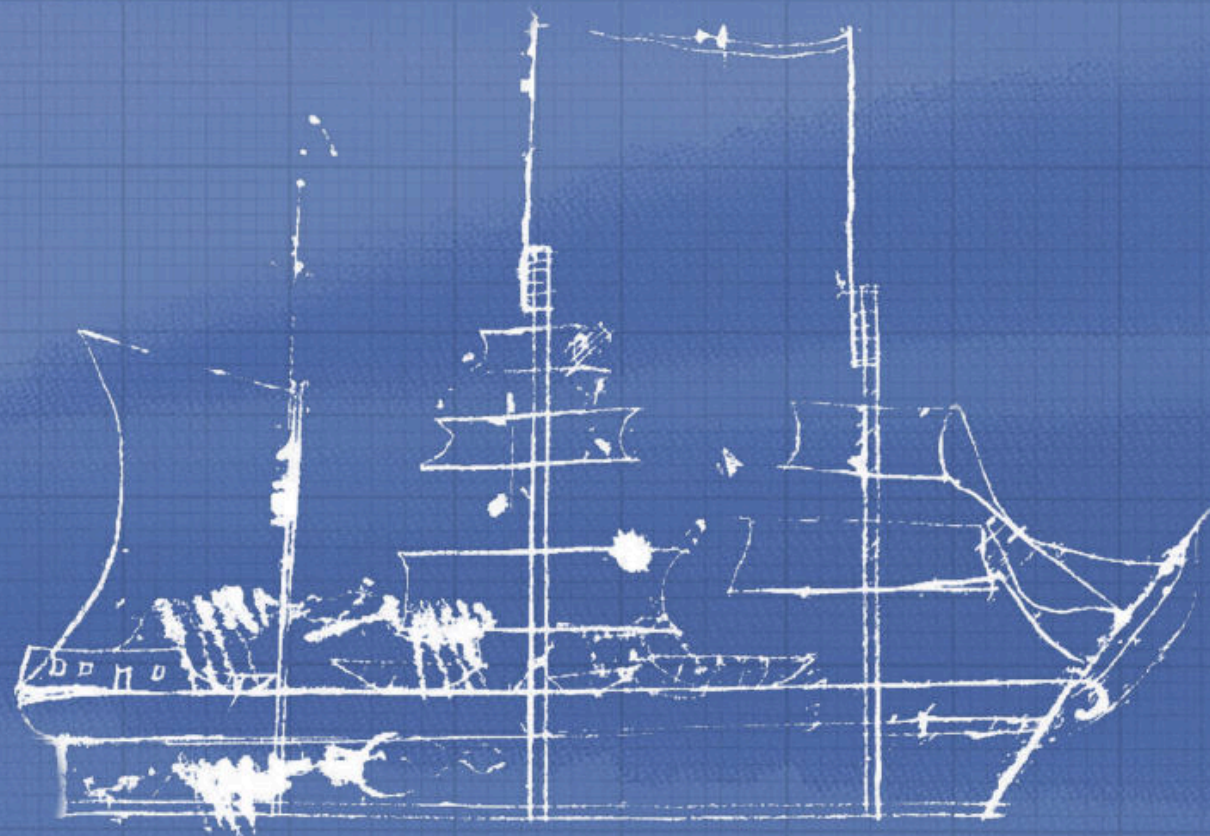
Uma viagem longa e desconfortável

A documentação da época oferece a oportunidade de conhecer como foi feita a travessia. Mesmo a partir de aspectos gerais, como as cláusulas dos contratos de viagem e o regimento de transporte, elaborados pelo Conselho Ultramarino; ou dados parciais e fragmentários, extraídos da correspondência estabelecida entre as autoridades de Lisboa, Açores, Santa Catarina e Rio de Janeiro, tais informações permitem delinear o ambiente e as condições enfrentadas pelos casais açorianos. Ligando esses elementos ao casal Manuel da Rosa e Ana Pereira e à viagem de 1751, obtém-se uma visão sobre as dificuldades encontradas nos percursos marítimos de longa distância realizados nessa época.

A viagem transatlântica era longa e desconfortável, durando cerca de três meses. Cada passageiro de mais de catorze anos tinha direito a levar uma cama e uma arca, provisões, sementes e plantas e, caso quisessem carregar mais pertences, deveriam combinar com o Capitão ou Mestre do navio um preço razoável. Com isso, os que tinham mais condições financeiras, podiam levar a própria comida.

As embarcações utilizadas eram frágeis e inadequadas, além de transportar um número excessivo de passageiros. As condições precárias a bordo, como água insalubre, falta de alimentos frescos, péssimas condições sanitárias, umidade e atendimento médico inadequado, resultavam em muitas doenças: febre, infecções, pneumonia e carência de vitamina C, que causava o escorbuto.

Para evitar a alta mortalidade, que era comum nas viagens de longa duração no século XVIII, uma série de recomendações foram detalhadas no Regimento dos Transportes e nos contratos com os assentistas. Mesmo assim, a maior parte dos passageiros adoecia, muitos morriam e seus corpos eram jogados ao mar.



Esboço de embarcação. Direção Regional da Cultura, Governo dos Açores.

O Regimento dos Transportes



fim de afiançar o bem-estar e a proteção das famílias açorianas, o Conselho Ultramarino elaborou um regimento com as instruções para a organização dos transportes. Publicado em 5 de agosto de 1747, o “Regimento dos Transportes que se há de observar no transporte dos Casais das Ilhas da Madeira e dos Açores para o Brasil” estabelecia as regras de conduta, alojamento e providências a serem tomadas, especialmente os cuidados para garantir a boa ordem e o sossego.

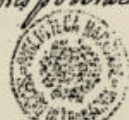
Além de manter a ordem, tais regras tinham como finalidade afiançar a proteção das famílias açorianas, para que fossem conduzidas com “honestidade e recato”, assegurando que não haveria riscos de que as mulheres fossem assediadas durante a viagem de longa duração. Mas essa preocupação com a segurança não considerava sua saúde, bem-estar e seu conforto.

A especificação e divulgação dos cuidados referentes às mulheres embarcadas serviam como um incentivo ao alistamento, que tinha como objetivo arregimentar famílias e não apenas homens solteiros, para povoar as fronteiras do Brasil Meridional. As cláusulas do regimento foram uma espécie de medida preventiva para garantir o sucesso da política de casais:

Por ser conveniente acautelar as desordens que costumam suceder em viagens largas, particularmente nos navios em que se transportam mulheres, e ser justo que os que levam neles as suas famílias tenham a consolação de ver que se dão todas as providências necessárias para que elas sejam conduzidas com toda a honestidade e recato. Houve por bem em consulta do meu Conselho Ultramarino de 11 de julho do presente ano, que para a condução dos Casais, que tenho mandado se transportem das Ilhas da Madeira e dos Açores para o Brasil, se formasse este Regimento, para ser observado por todos os que forem nos Navios em que se fizer este transporte e pelas mais pessoas a quem estiver encarregado o cuidado dele (Regimento..., 1747).

Contra
1747

Regimento que se há de observar
no transporte dos Casais das Ilhas da
Madeira, e dos Açores p^o o Brasil



Dom João V. por ser conveniente acautelar as desordens que
costumam succeder em viagens largas particularmente nos Navios em que se transpor-
tam mulheres, e ser justo que os que levam nelles as suas famílias tenham a consolação
de ver que se dão todas as providências necessárias para que ellas sejam conduzidas com
toda a honestidade e recato. Houve por bem em consulta do meu Conselho Ultramarino de
onze de Julho do presente anno que para a condução dos Casais que tenho mandado se
transportem das Ilhas da Madeira e dos Açores p^o o Brasil se formasse este Regi-
mento p^o se observado por todos os que forem nos Navios em que se fizer este trans-
porte e pelas mais pessoas a quem estiver encarregado o cuidado delle e a quem
estiver namanvira seguinte;

1



O Ministro que nas Ilhas estiver encarregado da administração e com sua
auctoridade o seu Ordinário de lugar em que se embarcar agente, nomeará em cada
Navio os Cabos de Casais que houverem de embarcar com as suas famílias dois de
mayor graduacão e Capa e d^o com o Titulo de Mandantes para governarem a viagem
todas as mais famílias e pessoas que forem transportadas no Navio, e outro sim no
meio do qual substituto, a cada Mandante p^o o caso em que o mesmo Mandante ado-
lar ou morrer na viagem. E se o Navio fôr escala para tomar gente em dous portos das
Ilhas de cada um d'elles em dous Mandantes, e seu substituto.

2

Todos os homens que se transportarem das Ilhas ou d'outro Reyno se dividirão
por igual em duas Companhias p^o o favor de servir agente de cada uma com dous ditos
Mandantes.

Regimento que se há de observar no transporte dos Casais das Ilhas da Madeira e dos Açores para o
Brasil. Arquivo Histórico Ultramarino (Lisboa). Fundação Biblioteca Nacional (Brasil).

Para fazer observar a boa ordem



Regimento dos Transportes estabelecia 16 cláusulas a ser cumpridas durante a travessia. O primeiro artigo determinava a divisão dos homens em dois grupos, cada um deles com um Mandante, responsável pela moral e disciplina do grupo a bordo. Ao primeiro destes Mandantes que embarcasse no navio, o Capitão deveria entregar uma das chaves das portas e postigos das câmaras em que iriam ser instaladas as mulheres, ficando a outra chave em poder do mesmo capitão.

Mesmo durante a travessia, a hierarquia de poder e estratificação social do Antigo Regime português fica evidenciada no modo como era realizada a escolha dos mandantes e também como eram distribuídas as acomodações no navio, ficando reservados os melhores cômodos aos sacerdotes e às pessoas consideradas mais distintas.

Os mandantes embarcavam antes que as outras famílias, para assistir ao embarque dos que iam chegando a bordo e desde o princípio fazer observar a boa ordem. A escolha dos mandantes era feita pelas autoridades das ilhas, que deviam nomear entre os cabeças dos casais, “dois de maior graduação e capacidade com o título de Mandante para governarem na viagem todas as mais pessoas e famílias que forem transportadas no navio e outrossim nomearão um substituto a cada mandante para o caso em que o mesmo Mandante adoeça ou morra na viagem” (Regimento..., 1747). Note-se que o regimento já previa a morte de passageiros durante o percurso, visto que em travessias de longas distâncias essa situação era frequente.

3.
Estes Mandantes embarcarão antes que qualquer outra família do porto em que estiverem, assim como as embarcações de mais gente, e quando abordo e fizerem observar a boa ordem.

4.
Ao primeiro destes Mandantes, que se embarcar, entregará o Capitão ou Mordomo do Navio duas chaves das portas e postigos das câmaras em que estiverem debaixo as Mulheres, ficando outra em poder do mesmo Capitão.

5.
Cada um dos Mandantes nomeará a sua Companhia, e dará a cada cabeça de casa para fazerem guarda, dois a cada uma das portas das ditas câmaras, e quatro de quatro portas no dia, que se usará como as armas que tiverem.

6.
Também nomeará cada Mandante na sua Companhia, dois ou três debedores e comensais, e dará a cada um dos mantimentos pertencentes às Mulheres e crianças, e examinará se são conformes as condições do Alento, e se as peças e artigos distribuídos de cada pessoa com igualdade, e outro parador o mesmo cuidado no mantimento dos Comensais e dos Meninos de mais de sete annos.

7.
Também nomeará cada um dos Mandantes na sua Companhia, dois serventes e comensais, e dará a cada um dos debedores e comensais, e dará a cada uma das Mulheres, e tanto de sua obrigação, como de debedores e comensais, e não poderá escusar a qualquer nomeado, visto ser para utilidade da Companhia.

8.
Cada um dos Mandantes alternativamente governará a Companhia, e nellas dará a sua obediência a todos os passageiros, geralmente, mas para as guardas e mais ministerios sobreditos, para o mesmo servir os Comensais, e não nomeará da sua Companhia a p.

Para evitar ocasião de escândalo

onsiderando a mortalidade no decorrer da viagem ou logo após o desembarque, pode-se observar que foram as mulheres e crianças pequenas as que mais sofreram, vistas as condições determinadas para seu transporte. Apesar de visar a segurança, as determinações do Regimento enclausuravam mulheres e crianças menores de 7 anos, durante a maior parte do percurso, em cômodos onde os parentes homens não tinham permissão de entrar.

Por questões morais, para assegurar proteção contra assédio e manter o “bom governo e o sossego”, as mulheres e as crianças menores de sete anos eram alojadas em compartimentos chaveados, sob a vigilância de guardas armados em frente a cada porta. A troca da guarda ocorria de quatro em quatro horas e a chave dos compartimentos ficava na posse do Capitão ou do Mandante. Os homens eram proibidos de falar com sua esposa, mãe, irmãs ou filhas. Para conversar com uma mulher de sua família, era preciso obter uma licença especial. Ainda assim, a conversa deveria ocorrer na presença do Capitão ou Mandante.

IX - Dentro nas câmaras das mulheres não entrará homem algum salvo em caso de doença, o cirurgião, ou o capelão, quando for preciso administrar os sacramentos a alguma enferma. Os meninos até sete anos irão nas câmaras das mulheres (Regimento..., 1747).

Falar com uma mulher não tendo com ela parentesco ou sem a referida licença, ou cometer qualquer ato que pudesse ser visto como abuso, gerava sanções diversas, como diminuição da ração, prisão ou reclusão em ferros, conforme a gravidade do caso.

Como forma de enfatizar a força do regimento e relembrar as penalidades que poderiam ser impostas aos faltosos, o documento era lido publicamente, em alta voz, na tarde anterior à partida do navio e durante a viagem, nos dias festivos após a missa, para que cada um pudesse “melhor ter presente a lembrança da sua obrigação” (Regimento..., 1747).

*Entretanto de uian saem aida outra, e o Mandante a quem toca o dia tora em
suppoder additas Chaves, e distribuirá conforme entender os quatro as guardas.*

9.

*Dentro nas Camaras das Mulleres não entrara E memalgum salvo em
Caso de doença o Cirurgião ou Capelão quando for preciso administrar os sa-
cramentos a alguma enferma, os Meninos até a idade de sette annos irão nas Ca-
maras das Mulleres.*

10

*Não falaria E memalgum com as mulleres salvo o Marido a sua Mu-
lher, os filhos a sua mãe, os irmãos a sua mãe, e paraisso proceder a licença do Cap-
itão ou Mestre do Navio, e do Mandante os quais irão abrir o portão e estarão pre-
zentes enquanto se conservar abito e não se fará a porta e que for neces-
sario levate as mulleres a loda e a goa;*

11.

*Se o Capitaõ estiver doente ou de outro modo impedido não fira as additas
Chaves Senão do Mestre ou do Mandante quem as fordaquelle dia, ou de algum
dos substitutos, e se o Mandante do dia estiver doente ou impedido não confiare
Senão dos substitutos ou de outro Mandante;*

12

*O lito Ministro ou Juiz Ordinarío no mear das bem entre as Mulleres que
forem em cada aliada Camaras duas das demais graduacões e fapari. para que
alternativamente aodias omando sobre todas as outras da sua fatura, e fmgue-
bem nellas se conserve bom governo e sossego por meyo da subordinaçao.*

13

*Capelão dirá missa, as menos em tres os dias Santos e se nussas as saldas as
mulleres a ouvida p. o que se porta p. nussas em allas nas passagens todos os dias.*

O Cardápio a Bordo

A lista dos alimentos oferecidos durante a viagem estava descrita nas condições de arremate dos assentos: legumes, carnes e peixes. Como mesmo salgada a carne se deteriorava, também eram embarcados animais vivos, alojados acima do porão. Além de animais para abate e para o fornecimento de ovos e leite, como galinhas, vacas, bois, porcos e cordeiros, o navio também levava gatos e doninhas, utilizados na caça aos ratos.

Condições com que se arremata o assento do transporte de quatro mil pessoas dos casais desta corte e das ilhas para o Brasil a Francisco de Sousa Fagundes. 1749. Arquivo Histórico Ultramarino (Lisboa). Fundação Biblioteca Nacional (Brasil).

ra cada pessoa por dia: a agoa a tinello, ou ao menos hum canada por dia a cada pessoa tomente para beber, além da que for necessaria para cozer a comida. A reção sobredita se entende para as pessoas de tres annos completos, porque as que os não tiverem, não serão contados, nem se lhe dará reção, mas a agoa necessaria. A reção se continuará a dar a cada pessoa até com effeito desembarcar na Ilha de Santa Catherina, e os mantimentos sobreditos os fará o Alsentista para viage de três mezes ao menos, contando da partida das Ilhas para a America, e fazendo conta a gente da equipagem. Com declaração, que em caso que se reconheça ser deminuta em algum destes mantimentos a reção estipulada para bem se sustentarem os passageiros se acrescentará quanto for razonavel sem porisso pertender o Alsentista alteração do preço do transporte.

X.

Com condição, que a comida para os passageiros será preparada pelo cozinheiro, ou cozinheiros do Navio, sendo primeiro aceita, e examinada pelos recebedores, de que se falla no Regimento, e por ordem destes fará os cozinheiros a distribuição, e a comida das mulheres, e meninos até sette annos se fará separadamente da dos homens.

XI.

Com condição, que o preço do transporte, e sustento desde as Ilhas da Madeira, ou dos Alfores, até a Ilha de Santa Catherina será de trinta mil reis, por cada pessoa de tres annos completos, e pelas desta idade para baixo se não dará couza alguma. E não se contará para o pagamento senão as pessoas, que chegarem vivas á Ilha de Santa Catherina, do numero das quaes passará o Governador della certidão ao Capitão, ou Mestre do Navio para constar por ella o que se deverá pagar.

XII.

Com condição, que levará dietas para os que adoeecerem a proporção da gente da sua lotação incluindo a da equipagem; a saber por cada cincoenta pessoas o seguinte provimento; trinta galinhas, huma arroba de doce, de ameixas, lenti-

A comida das mulheres e das crianças era cozinhada separadamente da preparada para os homens. A refeição era examinada e aprovada pelos "recebedores", passageiros escolhidos para acompanhar e fiscalizar o preparo dos alimentos e autorizar a distribuição. Cada pessoa recebia diariamente um "bom biscoito novo e sem corrupção alguma", isto é, sem mofo ou deterioração. Os que adoeciam tinham direito a uma dieta especial, composta por carne de galinha, doces, ameixas, lentilhas e outros grãos, açúcar, farinha e biscoito branco.

VII.

Com condição, que se no Navio forem de Lisboa alguns Cazacs, se contará ao Alsentista pelo transporte de cada pessoa de tres annos para cima por passagem, e sustento (na forma que abaixo se dirá na Condição IX.) até ás Ilhas da Madeira, ou dos Alfores a quarta parte do que se lhe der por cada, pessoa que das mesmas Ilhas transportar para a de Santa Catherina conforme a Condição XI. abaixo, e pelos menores de tres annos nada, e das Ilhas para a de Santa Catherina, se contará estas pessoas embarcadas de Lisboa sobre o mesmo pé que as que se embarcarem nas Ilhas.

VIII.

Com condição, que a cada pessoa que embarcar de quatorze annos para cima se dará comodo no Navio para levar huma cama, e huma arca, e todo o refresco, sementes, e plantas que quizerem levar; porém se quizerem conduzir mais fato se ajustará com o Capitão, ou Mestre do Navio para a condução delle por hum preço racional.

IX.

Com condição, que as refeições serão pela maneira seguinte. Ao jantar legumes em cada dia diversos, como feijões fradinhos, ou brancos, ervilhas, favas, &c. a reção de hum alqueire por cada quarenta pessoas = as ceias dos Domingos, terças, e quintas feiras para cada pessoa tres quartas de carne, a saber meyo arratel de vaca, e huma quarta de toucinho, e poderá este toucinho cozerse com os legumes do jantar dando para a ceia o azeite, e vinagre, que havia servir com os legumes para com elles se temperarem o salgado da vaca = as ceias das segundas, sextas feiras meyo arratel de arroz por pessoa = as ceias das quartas feiras, e Sabbados meyo arratel de bacalhao a cada pessoa = para tempero do legume, bacalhao, e arroz, pimenta, ou alhos, ou cebollas, e huma canada de azeite para cada sessenta pessoas, e de vinagre o que baste conforme a sua força: hum arratel de bom biscoito novo, e sem corrupção alguma para

A 3 ra

Boutique de carne secca, de Firmin Didot Freres, 1815.
Fundação Biblioteca Nacional (Brasil).

As enfermidades e mortes

O número excessivo de pessoas embarcadas e a falta de espaço necessário para acomodar confortavelmente os passageiros, o racionamento da água e os alimentos escassos ocasionavam diversas moléstias e enfermidades. “Surgem as febres, as pneumonias, as crises de fígado, as infecções intestinais, o escorbuto. A medicina é precária e a mortalidade assustadora” (Vilhena, 1992, p. 8).

Em correspondência enviada ao Rei, o Governador de Santa Catarina, Manuel Escudeiro, acusava as condições deploráveis em que chegavam os passageiros e o elevado número de mortos, devido ao excesso de pessoas em cada navio, chegando a transportar mais que o triplo do que deveriam comportar: “a infecção e mortandade que houve neste navio procedeu do excessivo número de gente [...] não sendo possível que um navio acharruado¹¹ de popa fechada, tenha capacidade para acomodar o tal número, nem ainda uma terça parte menos”. Em conjunto com os problemas derivados da superlotação, a alimentação inadequada e deficiente foi a causa da proliferação de doenças e da alta mortalidade. Além da água, que já ao final do trajeto cheirava mal, os alimentos eram de má qualidade e, em algumas situações, oferecidos já em estado de decomposição. Embora as determinações do transporte especificassem o cardápio que deveria ser servido, a comida não era apropriada para esse tipo de viagem. Em razão disso, eram frequentes infecções do aparelho digestivo, febre, diarreias, disenterias, dores, vômitos, delírios e frenesis (Vilhena, 1992, p. 10).



Carta do governador da ilha de Santa Catarina Manuel Escudeiro Ferreira de Sousa ao rei D. João V, de 19 de fevereiro de 1750. Arquivo Histórico Ultramarino (Lisboa). Fundação Biblioteca Nacional (Brasil).

¹¹ As charruas eram navios destinados ao transporte de cargas. Por ter a popa fechada, eram pouco ventilados, úmidos e mal iluminados (Boiteux, 1953, p. 149).

O Mal de Luanda

A dieta inadequada, de má qualidade, fraca em alimentos frescos e vitaminas, ocasionava diversas enfermidades, entre as quais o escorbuto. A doença, cuja causa era desconhecida na época, originada pela carência de vitamina C no organismo, foi o principal motivo da mortalidade dos açorianos transportados para Santa Catarina.

Chamado de “Mal de Luanda” pelos marinheiros portugueses que foram acometidos em suas viagens em direção à Angola, o escorbuto foi inicialmente associado aos ares dessa região. Posteriormente, em 1770, o médico Francisco Damiano Cosme, em seu “Tratado das queixas endêmicas”, observa que a doença ocorria em pessoas que faziam longa viagens marítimas, tendo “a mesma consideração esta cidade que qualquer outra ou outro lugar”.

Hoje se sabe que a falta de vitamina C¹², importante para a formação do colágeno, gera os sintomas da doença, a começar pela fadiga e dores articulares, seguida da inflamação nas gengivas e perda dos dentes, inúmeras pequenas hemorragias devido aos vasos sanguíneos fragilizados, difícil cicatrização das feridas, anemia, infecção respiratória, dor e degeneração dos ossos e, nos estágios finais, falência cardíaca (Nelsen; Cox, 2018).

Observando o cardápio estipulado no contrato dos transportes, percebe-se a ausência de alimentos ricos em vitamina C, encontrada em alguns vegetais e frutas cítricas, como laranja e limão. O desconhecimento quanto a uma alimentação adequada fez com que os passageiros aportassem em Santa Catarina em estado lastimável, “em copioso número prostrados do mal de Luanda, dos quais têm falecido já muitos sem que aproveite o grande cuidado com que se assiste a estes pobres”, conforme relata o governador de Santa Catarina Manuel Escudeiro.

[illegible]

Carta de Manuel Escudeiro
Ferreira de Sousa ao Rei, sobre
a chegada dos casais açorianos.
Arquivo Nacional (Brasil).

¹⁵ Foi no mesmo ano de 1747, em que começou o transporte dos Casais dos Açores para o Brasil, que o médico James Lind, da Marinha inglesa realizou um estudo clínico com marinheiros com escorbuto, identificando que os que receberam limões e laranjas em suas dietas se recuperavam da doença rapidamente, enquanto os outros, que haviam recebido outros tipos de dieta, continuavam a piorar. O estudo foi publicado em 1753, mas a sua divulgação e utilização pela Marinha inglesa só ocorreu em 1795 (Nelsen; Cox, 2018, p. 128).

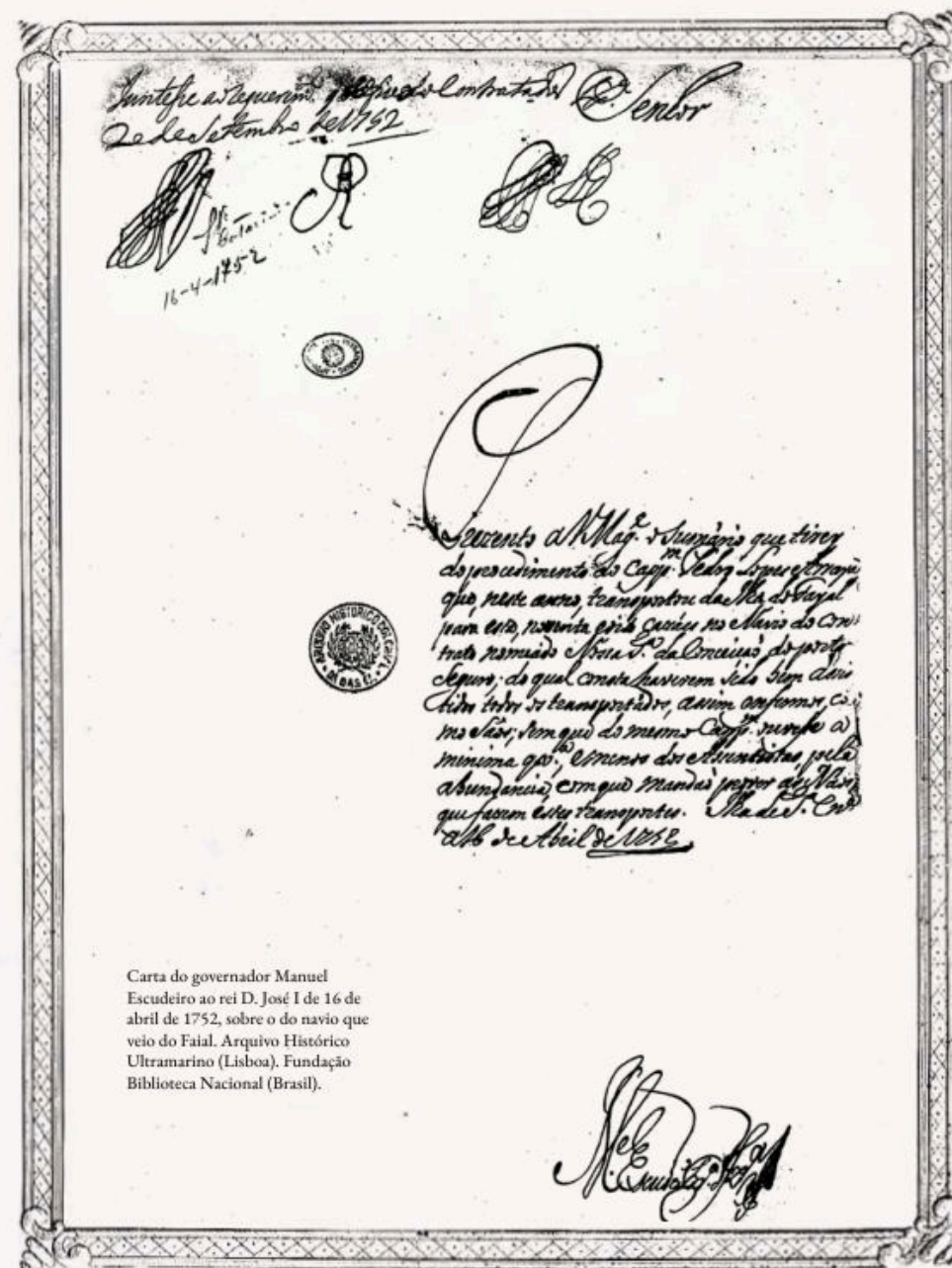
O Transporte do Verão de 1751/1752

Após apresentar as condições gerais dos transportes, dirige-se o olhar ao navio “Nossa Senhora da Conceição do Porto Seguro”, que partiu do Faial no final do ano de 1751 e chegou em Santa Catarina no verão de 1752, levando a família de Manuel da Rosa e Ana Pereira.

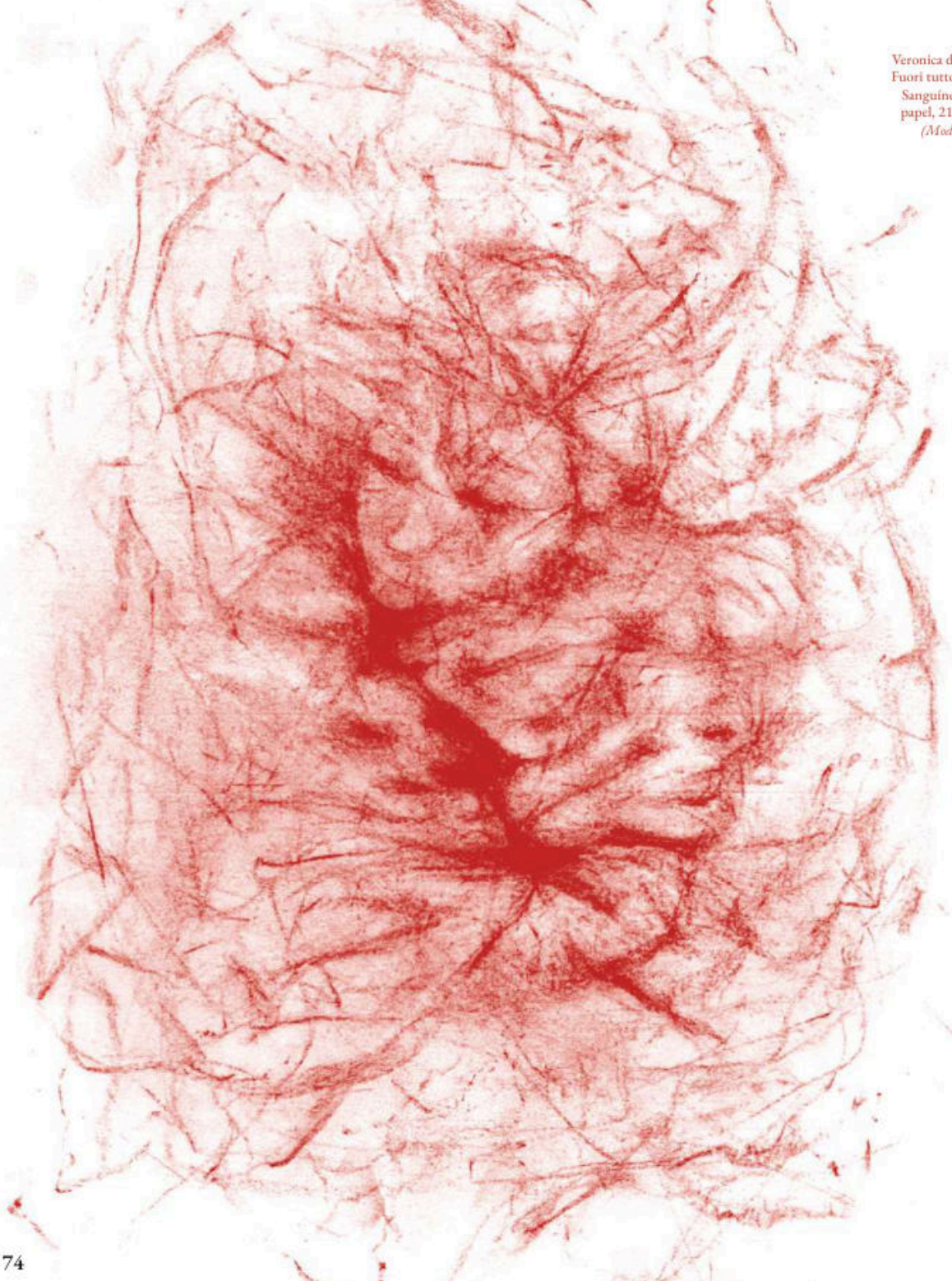
Capitaneada por Pedro Lopes Arraya, a embarcação transportava 98 Casais do Número, suas famílias e agregados. Apesar de não se conhecer o número exato de passageiros a bordo, considerando-se os números de outras viagens feitas pelo mesmo navio, em anos anteriores e no ano posterior, pode-se estimar que tenham sido cerca de 550 as pessoas embarcadas.

Junto a outros dois navios, o grupo fazia parte da quinta leva de famílias enviadas para o Brasil Meridional, sendo o terceiro ano do assento de transporte arrematado pelo contratista Francisco de Sousa Fagundes. Ao todo, nessa expedição foram transportados 269 casais, totalizando 1530 pessoas.

Da mesma forma que as viagens anteriores, essa travessia foi uma tragédia. Os alimentos eram escassos, havia umidade, faltava água e a higiene era deficiente. Os relatos arrolados em um sumário que o Governador de Santa Catarina mandou fazer quando os casais chegaram na ilha, bem como as cartas enviadas à corte portuguesa, ao rei D. José I, em 16 e 17 de abril de 1752, descrevendo as dificuldades enfrentadas ao longo do percurso, permitem conhecer mais detalhes sobre essa viagem.



Carta do governador Manuel Escudero ao rei D. José I de 16 de abril de 1752, sobre o do navio que veio do Faial. Arquivo Histórico Ultramarino (Lisboa). Fundação Biblioteca Nacional (Brasil).



Veronica d'Amico
Fuori tutto
Sanguine
paper, 21
(Mod)

74

A partir do sumário que o Governador de Santa Catarina enviou ao Rei, são conhecidos os relatos dos passageiros sobre a alimentação, atendimento aos doentes e o tratamento destinado às mulheres. As testemunhas destacam que, durante o percurso, foram “sempre separados os homens das mulheres sem que jamais houvesse a menor ocasião de escândalo” e que “as mulheres se encerraram sempre separadas dos homens”.

[illegible]

Sumário de testemunhas que mandou
fazer sobre o do navio que veio do
Faial em 16 de abril de 1752. Arquivo
Histórico Ultramarino (Lisboa).
Fundação Biblioteca Nacional (Brasil).

Trancadas junto com as crianças menores de sete anos durante o maior tempo do percurso, sem poder conversar com os maridos ou demais homens da família, o tratamento dispensado às mulheres as colocava na condição semelhante a de prisioneiras. A única ocasião em que podiam sair ao convés era para ir à missa, sob escolta armada.



Verônica da Rosa,
Pés no chão, 2025,
Óleo sobre papel,
84x59cm
(Modificado)

Embora tivessem a proteção como propósito, tais regras enclausuraram as açorianas em um ambiente insalubre e superlotado. Sobre essa questão, Cabral (1970, p. 63) sublinha “a aventura do Atlântico era ainda uma aventura terrível, tanto mais que feita de acôrdo (sic) com ordens excessivamente severas, as mulheres e crianças trancafiadas, só saíam dos alojamentos para a missa semanal”. Boiteux (1953, p. 149) descreve o improvisado com que esses alojamentos foram preparados. Como os navios eram de porte médio, os porões eram escuros e úmidos, de ventilação escassa. Eram essas as câmaras arrumadas para receber as mulheres e as crianças: além do desconforto, umidade e escuridão, sem ventilação adequada e ar suficiente. Wiederspahn (1979, p. 21) destaca que, ao negar às mulheres o acesso periódico ao convés, o regimento impôs um “verdadeiro enjaulamento, como se as mulheres estivessem em prisões”. E Coneva (2010, p. 34) salienta: “Os transportes se tornavam verdadeiras torturas para as mulheres e as crianças, que acompanhavam esposos e pais a esta aventura”.

*Cada um dos Mandantes alternativamente governará um dia, e nesse
Colatarão a sua obediência todos os passageiros gentis: mas p.^o a guarda,
e mais ministerio sobre d.^o fuma do mendo servir os homens p.^o a guerra.
dos da sua Comp.^o p.^o a embelante de se anuarem o da Costa. E o Mandante
de aq.^o tocar o dia de a sua poder a d.^o Chave e distribuirá conforme
entender os quatro angustias* Cláusulas do regimento. Arquivo Histórico Ultramarino (Lisboa). Fundação Biblioteca

XIII - O Capelão dirá Missa ao menos em todos os dias Santos, e só nesse dia sairão as mulheres a ouvi-la; para o que se porão primeiro em ala nas passagens todos os guardas, e então se abrirão às mulheres as portas, que depois delas saírem se tornarão logo a fechar. As mesmas mulheres ficarão no lugar mais vizinho ao altar e logo o Capitão, os Mandantes e seus substitutos com todos os guardas, atrás destes a mais gente e, depois de todos, os marinheiros, grumetes e mocos do navio. E acabada a missa, se tornarão a pôr em ala os guardas para a passagem das mulheres, e recolhidas elas se fecharão as portas dos seus aposentos (Regimento..., 1747).



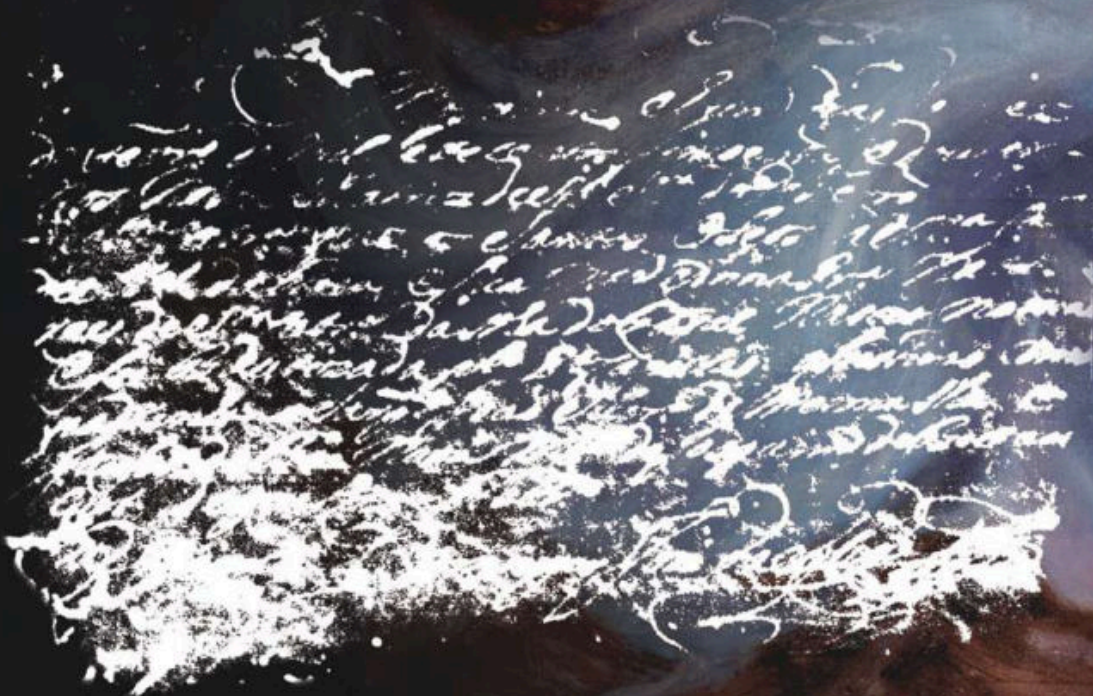
Veronica da Rosa, Falena, 2026,
Água-forte e ponta-seca sobre papel, 50x70
(Modificado)

O nascimento de Maria

Junto às outras mulheres e crianças menores de sete anos, essa foi a situação vivenciada por Ana Pereira. Grávida, trancada durante a maior parte do percurso, alojada em compartimento separado ao de seu esposo Manuel da Rosa, mantida com os filhos pequenos em um alojamento úmido, escuro e superlotado, sem poder contar com a presença do marido, Ana Pereira dá à luz uma menina, Maria.

É pela localização de seu registro de batismo, em 21 de fevereiro de 1752, na Matriz de Nossa Senhora do Desterro, Santa Catarina, que se descobre que seu nascimento havia ocorrido no mar, durante a travessia.

Em os vinte e um dias do mês de fevereiro de mil setecentos e cinquenta e dois anos, nesta Matriz de Nossa Senhora do Desterro, ilha de Santa Catarina, pus os santos óleos à Maria, filha de Manuel da Rosa e de sua mulher Ana Pereira, naturais de Santa Catarina da ilha do Faial. Nasceu no mar e foi batizada pelo de salvação. Assistiram como padrinhos o Sargento João Silveira, da mesma ilha e Josefa da Boa Nova, mulher de Joaquim de Bittencourt, de que fiz este assento.

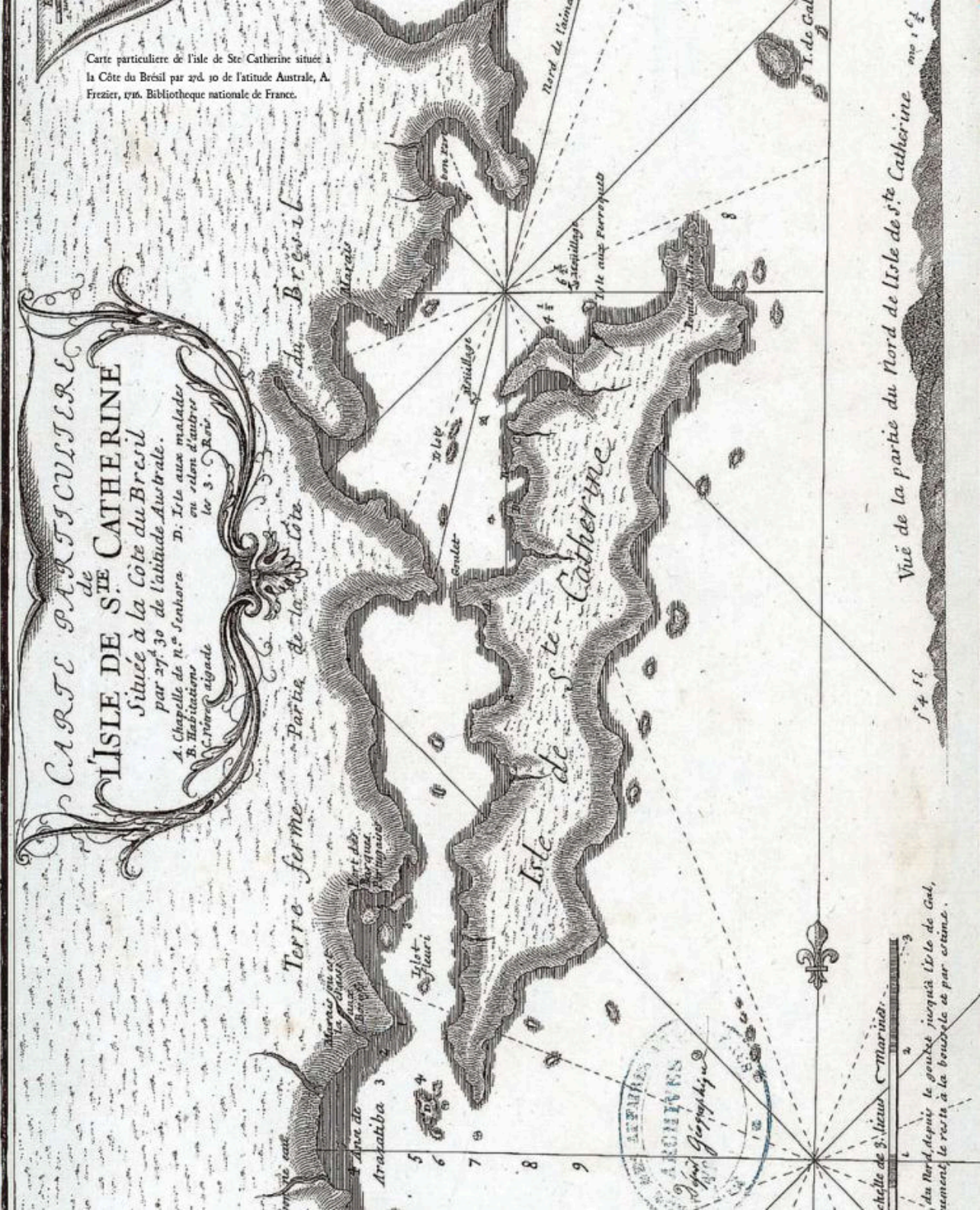


Verônica da Rosa, Sottosopra, 2025,
Óleo sobre papel, 84x59cm
(Modificado)

o não ultrapassava quatro mil almas. A região de fronteira entre os dois impérios ibéricos, continuada controvérsia e disputa no seus limites territoriais e domínio território pouco povoado pelos os, não havia ocupação que que foi um dos fatores que portuguesa a iniciar o o (Piazza, 2002).

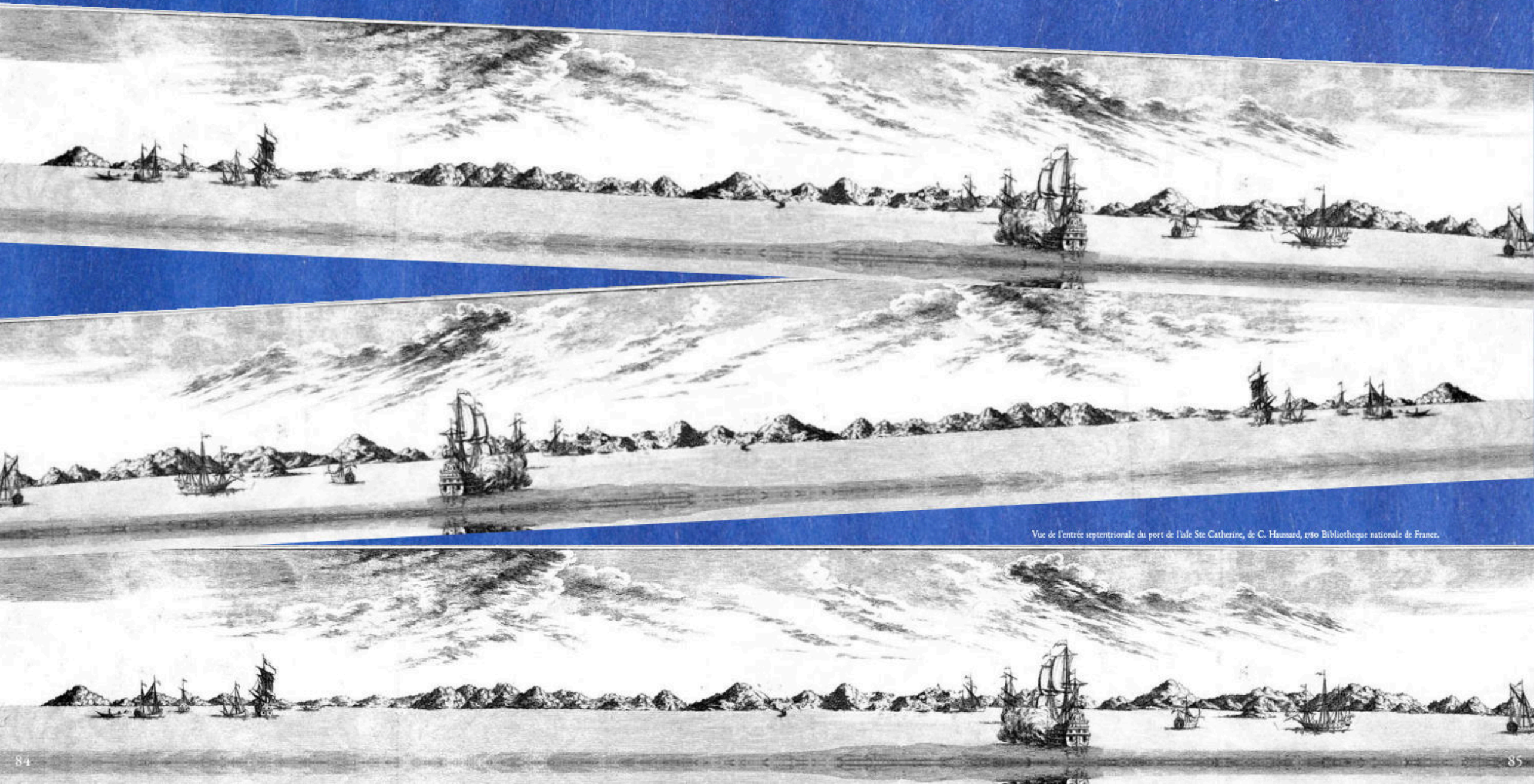
partiu da ilha egou ao porto da a no dia 6 de janeiro de m 85 casais, totalizando

A primeira leva, que partiu da ilha Terceira em 1747, chegou ao porto da ilha de Santa Catarina no dia 6 de janeiro de 1748. Desembarcaram 85 casais, totalizando 461 pessoas, sendo que muitas estavam doentes ou adoeceram ao chegar, tendo falecido 12 pessoas na viagem.



Vista da Entrada do Porto da Ilha de Santa Catarina

Após os 85 dias da travessia, foi preciso enfrentar os percalços da chegada. Os primeiros casais não encontraram os lugares preparados como havia sido determinado, sendo alojados na casa dos moradores ou em casas que estavam devolutas.



Vue de l'entrée septentrionale du port de l'île Ste Catherine, de C. Haussard, 1780 Bibliothèque nationale de France.



Depois de receber o primeiro grupo, o governador Silva Paes ficou doente, o que prejudicou a distribuição de terras e a fixação dos casais. Nas viagens seguintes, a situação se agravou: em fevereiro de 1749, o novo governador Manuel Escudeiro relatou ao Rei o “mau sucesso” da segunda viagem, com mais de cem mortos no mar, dezenas em terra e muitos doentes.

Desembarcando enfermos quasi todos os que escaparam vivos, dos quais tem falecido até agora sem poder extirguir a malignidade escorbútica de que chegaram infectos, fazendo-se lamentável a orfandade de filhos sem pais e de viúvas sem maridos que lhe agenciem modo de se poderem estabelecer.

Carta do governador de Santa Catarina Manuel Escudeiro ao rei D. João V, de 18 de fevereiro de 1749. Arquivo Histórico Ultramarino (Lisboa), Fundação Biblioteca Nacional (Brasil).

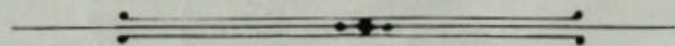
“Desembarcando enfermos quase todos os que escaparam vivos, dos quais têm falecido até agora sem poder extirguir a malignidade escorbútica de que chegaram infectos, fazendo-se lamentável a orfandade de filhos sem pais e de viúvas sem maridos que lhe agenciem modo de se poderem estabelecer”.



Manuel da Rosa e Ana Pereira na vila do Rio Grande

Apesar das disposições do edital, nem todos receberam imediatamente as terras prometidas e muitas famílias permaneceram sem destino definido após a chegada. Para a maior parte dos colonos que saíram dos Açores entre o final de 1749 e o começo de 1753, a passagem por Santa Catarina foi breve, apenas como ponto de desembarque, sendo compulsoriamente encaminhados para o Rio Grande de São Pedro. Esse novo percurso migratório após a travessia transatlântica foi a situação com que se depararam as famílias que chegaram no começo de 1752, sendo despachadas para a vila do Rio Grande três sumacas com 106 casais, selecionados entre os que chegaram com melhor disposição.

É através da filha Maria que se descobre a passagem da família de Manuel e Ana para a vila do Rio Grande, logo após seu desembarque em Santa Catarina. O livro da Matriz de Jesus Maria José de São Pedro de Rio Grande, no dia 1 de julho de 1752, registra seu óbito, sepultada na mesma Matriz, aos 4 meses de idade.



Manuel e Ana tiveram ainda mais dois filhos, nascidos na vila do Rio Grande: Maria Marcelina, nascida em 19 de junho de 1754 e batizada no dia 30 do mesmo mês e ano; e João, nascido dia 25 de junho de 1757 e batizado em 8 de julho. Em 17 de agosto de 1762, aos 47 anos de idade, Ana Pereira faleceu de repente, no campo, no Rincão de Torotama, sendo sepultada na Igreja Matriz.



Fragmento de exemplo topographico da costa que se comprehende desde a ilha de S. Catherina, até o cabo de S. Maria & rio da Prata, até a praça Nova Colonia do S. mo Sacramento com o terreno adjacente a mesma costa, de J. Sá e Faria. Fundação Biblioteca Nacional (Brasil).

Celebrado em 22 de março de 1763, o casamento está anotado no final do livro de registro da Matriz. Poucos dias depois os espanhóis invadiram e tomaram a vila. Esse fato, conhecido como a “Corrida do Rio Grande”, levou os açorianos a se dispersar por todo território de Rio Grande de São Pedro. Após a queda da vila do Rio Grande, parte das famílias que não conseguiram fugir foram enviadas para a região de Maldonado, na Banda Oriental, onde fundaram o povoado de San Carlos¹³. A vila do Rio Grande só voltou ao domínio português em 1776.

This is a detailed historical map of Rio Grande de São Pedro, dated 1777. The map depicts the river and its various branches, including F. do Mesq., P. do Triunfo, F. da Trind., F. da Mangr., F. de Loureiro, F. do Patrão Mor, and F. do Gaspar. Several forts are marked, such as Forte de J. G. and Forte de J. G. 2. A large fleet of ships is shown in the central part of the river, near the 'Arma da' and 'Arma Portg' labels. A compass rose is located in the center of the map. The map is titled 'Plano do Rio Grande de São Pedro, 1777.' and is from the 'Biblioteca Nacional de Portugal'.

[illegible]

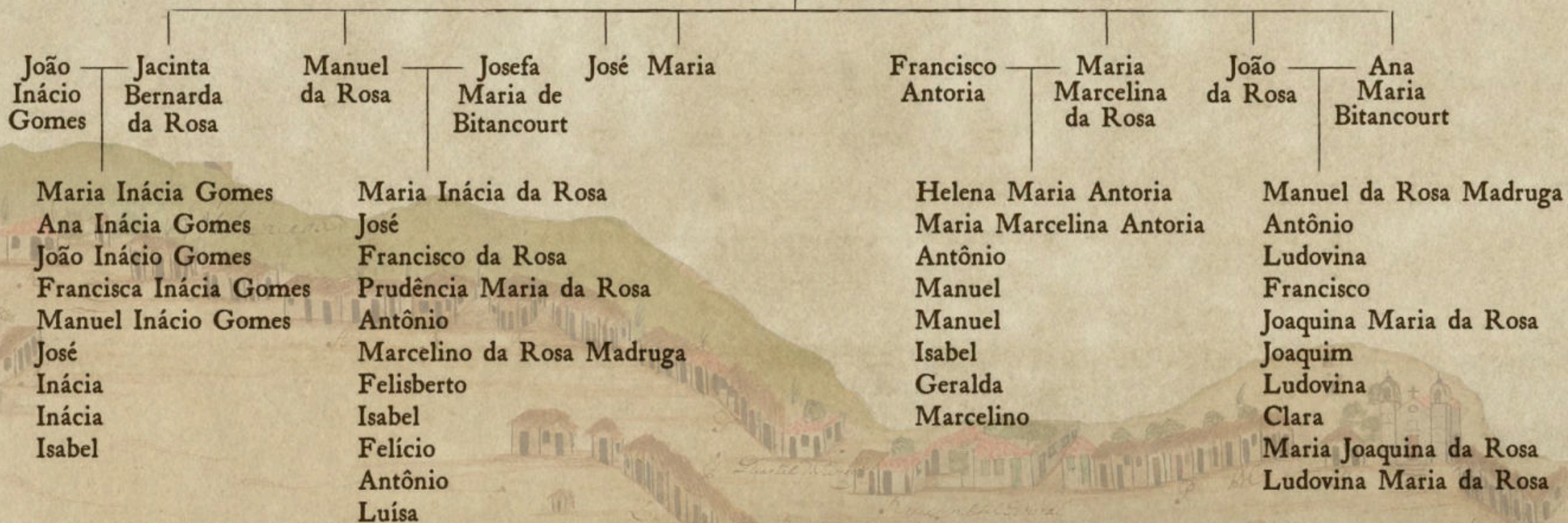
Relação de moradores da freguesia de
São Pedro do Rio Grande, 1786. Arquivo
Nacional (Brasil).



Manuel da Rosa



Ana Pereira



Número de pessoas transportadas das ilhas para o Brasil Meridional, a partir do Edital de 1746

Em uma época em que as comunicações entre Portugal e suas colônias eram feitas por cartas, enviadas pelas embarcações que cruzavam o Atlântico, o estabelecimento de mensagens entre Lisboa, Açores, Madeira, Rio de Janeiro, Santa Catarina e Rio Grande estava sujeito ao tempo lento do deslocamento marítimo intercontinental.

A variedade de fontes espalhadas em arquivos localizados em múltiplos territórios – Açores, Portugal, Brasil – reunindo editais, provisões e correspondência entre o rei de Portugal, seu Conselho Ultramarino e as colônias do Brasil e dos arquipélagos dos Açores e da Madeira, resulta na falta de uniformidade no modo como os dados são apresentados e os números computados. Tais documentos, contendo referências cruzadas e repetição de trechos de documentos anteriores, têm produzido diferentes versões sobre a migração dos Açores para a América Meridional, conforme os registros a que tiveram acesso os pesquisadores que tratam do tema.

Somados todos os transportes desse período, chega-se ao número de 6.947 pessoas que partiram dos Açores em direção ao Brasil Meridional, embora não exista um registro completo e sistemático que informe o número total de embarcados em cada viagem. A diversidade de fontes, a existência de dados divergentes entre um documento e outro e a falta de informações sobre algumas viagens impedem que se obtenha o número exato de casais transportados, o que faz com que a contagem aqui apresentada não possa ser tomada como precisa ou definitiva.

Embora não se tenha o número exato de pessoas transportadas e seja muito enfatizada a tragédia das viagens do primeiro contrato, verificando os números disponíveis referentes aos doentes e mortos nos embarques entre os anos de 1747 e 1756, pôde-se perceber que as condições do transporte dos passageiros foram negligentes em todo o período em que se desenvolveu a política de casais. Mesmo que o contrato feito com o segundo assentista tenha reformado algumas cláusulas do anterior, os problemas persistiram, derivados especialmente da superlotação dos navios e da alimentação de má qualidade oferecida durante a viagem.

Assentista	Nº da viagem	Embarcação	Capitão	Porto de partida	Data de embarque	Data de partida	Casais	Adultos	Crianças de 3 a 12 anos	Menores de 3 anos	Total de pessoas	Data de chegada	Mortos
Feliciano Velho Olenberg (contrato de 7/8/1747)	1	Jesus Maria José	Luís Lopes Godelho	Angra, Terceira	06/10/1747	21/10/1747	43	186	28	22	236	06/01/1748	12
		Sant'Ana e Senhor do Bonfim	Pedro Lopes Arraya	Angra, Terceira	09/10/1747	21/10/1747	42	188	28	21	237	06/01/1748	
	2	S. Domingos e Almas	Pedro Lopes Arraya	Angra, Terceira	13/10/1748	16/10/1748	51	238	38	34	310	31/12/1748	109 (+23)*
		Jesus Maria José	Luís Lopes Godelho	Angra, Terceira	12/10/1748	16/10/1748	47	207	26	47	180	06/01/1749	
Francisco de Sousa Fagundes (1º transporte do contrato de 3/7/1749)	3	Jesus Maria José	Pedro Lopes Arraya	Angra, Terceira	01/10/1749		42	183	34	29	126	--/12/1749	0
	4	Sant'Ana e Senhor do Bonfim	Francisco Manuel de Lima	Angra, Terceira	--/--/1749	04/09/1749	?				220**	20/12/1749	0
		N. Sra. da Conceição e Porto Seguro	Luís Lopes Godelho	Angra, Terceira	--/--/1749	04/09/1749	100	269			480** (mais de 500)	25/12/1749	0
Francisco de Sousa Fagundes (2º transporte do contrato de 3/7/1749)	5	Bom Jesus dos Perdões e Sra. do Rosário	Manuel Correa de Fraga	Angra, Terceira	--/11/1749	18/11/1749 (63 dias de viagem)	?				600** (686)	20/01/1750	29 (+10)*
		Sant'Ana e Senhor do Bonfim	Manuel Correa de Fraga		--/10/1750		52	239		19 (>7 anos)	258	18/12/1750	-
		Bom Jesus dos Perdões e Sra. do Rosário	Custódio Francisco		--/10/1750		125	600		67 (>7 anos)	667	--/01/1751	32 (+27)*
Francisco de Sousa Fagundes (3º transporte do contrato de 3/7/1749)	6	N. Sra. da Conceição e Porto Seguro	Pedro Lopes Arraya	Angra, Terceira	--/10/1750		102	482		52 (>7 anos)	534	12/02/1751	8 (+13)*
		Bom Jesus dos Perdões e Sra. do Rosário	Custódio Francisco	Angra, Terceira			?					15/01/1752	57 (+30)*
		N. Sra. da Conceição e Porto Seguro	Pedro Lopes Arraya	Faial	--/10/1751		98	269		151 (>7 anos)	1530	--/--/1752	
Francisco de Sousa Fagundes (contrato de 28/9/1751)	7	Bom Jesus dos Perdões e Sra. do Rosário		Angra, Terceira		14/12/1752 (86 dias de viagem)	126	603		44	647	09/03/1753	32 (+12)*
		N. Sra. da Conceição e Porto Seguro		Faial		30/01/1753 (94 dias de viagem)	126	475		27	502	03/05/1753	(+21)*
Francisco de Sousa Fagundes (contrato de 26/9/1754)	8	N. Sra. da Conceição e Porto Seguro	Custódio Francisco	Madeira		26/04/1756	85	502		18	502	Naufrágio em 20/09/1756, Rio Joanes, Bahia	Mais da metade das pessoas

Final do Percurso

Veronica da Rosa, Albedo, 2026,
Monotipia sobre papel, 50x70
(Modificado)

Acompanhar o percurso migratório realizado pelo Casal do Número Manuel da Rosa e Ana Pereira permitiu compreender o modo como o transporte dos casais foi realizado e as adversidades enfrentadas pelas famílias açorianas nas “terras dos confins”. Muitos dos que chegaram se viram doentes, enlutados, enganados, desiludidos e sem recursos, não recebendo o quarto de légua nem as ajudas de custo e demais auxílios prometidos.

Os documentos referentes ao transporte dos casais açorianos e as condições com que chegaram à ilha de Santa Catarina e depois foram enviados para o Rio Grande de São Pedro revelam os objetivos político-territoriais e econômico-mercantis que a Coroa Portuguesa visava com o projeto, sendo os açorianos tratados como uma mercadoria a ser transportada e distribuída. Tais fontes também deixam transparecer aquilo que não foi registrado e as vozes que foram silenciadas, especialmente as dos que mais sofreram: os mais humildes, as mulheres, as crianças e os idosos.

As correspondências e sumários relatando o modo como os imigrantes foram recebidos e acomodados, as cláusulas do regimento dos transportes e os registros sobre Ana Pereira e o nascimento e óbito de sua filha Maria, fornecem vestígios que permitem vislumbrar a história das mulheres açorianas que vieram para o Brasil Meridional, percebendo que sobre elas recaíram sofrimentos ainda maiores do que os padecidos pelos seus companheiros. Sob a utilização do termo “casal”, partiram as mulheres como parte integrante de uma família, na condição de esposa, filha, mãe ou sogra do casal, ou agregada, como sobrinha, afilhada ou outro tipo de parentesco, para constituir ou ampliar sua família nos territórios que lhes fossem destinados.

Embora a Coroa Portuguesa tenha prometido segurança na travessia, não houve preocupação com o bem-estar e a saúde dos açorianos, do que se extrai que a expectativa de um futuro melhor já se desfazia tão logo começava a viagem. Ao acompanhar a narrativa aqui descrita, que imagem se pode avistar destes imigrantes após a travessia atlântica? Que novos caminhos percorreram? Que lutas e resistências enfrentaram após a chegada? Quais projetos empreenderam? Que traços de identidade permanecem ou são reconhecidos pelos seus descendentes? Vestígios de uma outra história...

Referências

- AMORIM, Maria Norberta. **O Pico: as famílias: as famílias da Candelária nos finais do século XIX**. Câmara Municipal da Madalena: CITCEM, v. 1, 2011. 608p. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1822/18744>. Acesso em: 7 jun. 2026.
- AMORIM, Maria Norberta. Identificação de pessoas em duas paróquias do Norte de Portugal (1580-1820). **Boletim de Trabalhos Históricos**, Guimarães, Portugal, v. 34, p. 213-279, 1983. Disponível em: <https://repositorio.amap.pt/article/bth-1983-11>. Acesso em: 7 jun. 2026.
- AMORIM, Maria Norberta; NEVES, Gene. **O Pico: as famílias: as famílias da Prainha nos finais do século XIX**. São Roque do Pico: CITCEM, v. 1, t. 6, 2009. 594p. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1822/9705>. Acesso em: 7 jun. 2026.
- ANDRADE, José. (org.). **Açores no mundo**. Ponta Delgada: Letras Lavradas, 2017.
- BARROSO, Véra Lucia Maciel. (org.). **Açorianos no Brasil: história, memória, genealogia e historiografia**. Porto Alegre: EST, 2002.
- BOITEUX, Lucas Alexandre. Açorianos e madeirenses em Santa Catarina. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, n. 219, p. 122-169, abril-junho, 1953.
- CABRAL, Oswaldo Rodrigues. **História de Santa Catarina**. Florianópolis: Laudes, 1970.
- CONEVA, A. **A emigração açoriana para o Brasil Meridional**. 2010. 102f. Praga, República Tcheca. Dissertação. (Mestrado em Filosofia). Universidade Carolina de Praga. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11956/35123>. Acesso em: 7 jun. 2026.
- COSTA, Susana Goulart. **Açores: nove ilhas, uma história**. Berkeley: Institute of Governmental Studies Press, University of California, 2008.
- D'ALMEIDA, G. **Diccionario historico-geographico dos Açores**. Ponta Delgada: TDA, 1893. 208p. Disponível em: <https://purl.pt/13946/3/#/1>. Acesso em: 7 jun. 2026.
- FRANZEN, Beatriz Vasconcelos. **A presença da mulher luso-açoriana na nascente sociedade sul-rio-grandense**. Pronunciamento no Instituto Histórico e Geográfico do RS, 25 de novembro de 2008. Disponível em: <http://ihgrgs.org.br/artigos/membros/Beatriz%20Franzen%20-%20A%20Presença%20da%20Mulher%20Luso-Açoriana.pdf>. Acesso em: 7 jun. 2026.
- GINZBURG, Carlo; PONI, Carlo. O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico. In: GINZBURG, Carlo; CASTELNUOVO, Enrico; PONI, Carlo. **A micro-história e outros ensaios**. Lisboa: Difel, 1989. p. 169-178.
- HAMEISTER, Martha Daisson. **Para dar calor à nova povoação: Estudo sobre estratégias sociais e familiares a partir dos registros batismais da vila do Rio Grande (1738-1763)**. 2006. 474f. Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Pós-graduação em História Social do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cp057416.pdf>. Acesso em: 7 jun. 2026.
- HESPANHA, António Manoel (coord.). **O Antigo Regime (1620-1807)**. Lisboa: Ed. Estampa, 1993.
- LEITE, José Guilherme Reis. Os Flamengos na Colonização dos Açores. **Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira**, v. LXIX, LXX, p. 57-74, 2012.
- LEVI, Giovanni. **A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- LIMA, Helder Fernando Parreira de Sousa. Os Açores na Economia Atlântica. Contribuição para o seu estudo nos séculos XV, XVI e XVII. **Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira**, Angra do Heroísmo, v. 34, p. 103-392, 1976.
- MENESES, Avelino de Freitas. Os açorianos na estruturação do Brasil do sul: as levas de meados do século XVIII. In: SOUSA, Fernando et al. **Portugal e as Migrações da Europa do Sul para a América do Sul**. Porto: Cepse, 2014. p. 123-144.
- MENESES, Avelino de Freitas. A População dos Açores em Meados do Século XVIII. In: SANTOS, Carlota; MATOS, Paulo Teodoro de (coord.). **A Demografia das Sociedades Insulares Portuguesas**. Braga: Citcem, 2013.
- MENESES, Avelino de Freitas. O Povoamento. In: MATOS, Artur Teodoro de (coord.). **A Colonização Atlântica**. Volume III, Tomo 1. Coleção Nova História da Expansão Portuguesa. Lisboa: Editorial Estampa, 2005. p. 209-306.
- NELSEN, David L.; COX, Michael M. **Princípios de bioquímica de Lehninger**. Porto Alegre: Artmed Editora, 2018.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Memória Porto Alegre: espaços e vivências**. Porto Alegre: UFRGS, 1991.
- PIAZZA, Walter Fernando. Insulanos no Brasil Meridional. Os açorianos em Santa Catarina. In: BARROSO, Véra Lucia Maciel. (org.). **Açorianos no Brasil: história, memória, genealogia e historiografia**. Porto Alegre: EST, 2002. p. 169-176.
- PIAZZA, Walter Fernando. **A epopeia açórica-madeirense: 1747-1756**. Florianópolis: UFSC, 1999.

QUEIROZ, Maria Luiza Bertolini. **A Vila do Rio Grande de São Pedro, 1737-1822**. 1985. 343f. Dissertação (Mestrado em História) – Curso de Pós-graduação em História, Universidade Federal Santa Catarina, Florianópolis, 1985. Disponível em: <http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/75245>. Acesso em: 19 dez. 2018.

REOTA 2003. **Relatório do Estado do Ordenamento do Território dos Açores 2003**. Secretaria Regional do Ambiente e do Mar. Disponível em: http://ot.azores.gov.pt/store/inc/docs_pota/58/REOTA_2003.pdf. Acesso em: 7 jun. 2026.

RODRIGUES, José Damião. ¿Proveer justicia u oprimir a los pueblos? La acción de los “corregidores” de las Azores en el período moderno. **Estudios: Revista de historia moderna**, Valencia, N° 46, 2020, pp. 95-118. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10451/45795>. Acesso em: 7 jun. 2026.

RODRIGUES, Teresa Ferreira (coord.). **História da População Portuguesa. Das longas permanências à conquista da modernidade**. Porto, Portugal: CEPESE, Edições Afrontamento, 2008. Disponível em: <https://www.cepepe.pt/portal/pt/publicacoes/obras/historia-da-populacao-portuguesa>. Acesso em: 7 jun. 2026.

ROSA, Leticia Vieira Braga da. **Dos Açores às Terras dos Confinos e ao Território de Ninguém: percurso migratório e redes de relacionamento das famílias açorianas nos origens do Espírito Santo do Serrito no Jaguarão**. Novo Hamburgo: Ed. Feevale, 2025. Disponível em: <https://feevale.as/6bfaaf4>. Acesso em: 7 jun. 2026.

SCOTT, Ana Silvia Volpi; BERUTE, Gabriel Santos; MATOS, Paulo Teodoro de (org.). **Gentes das Ilhas: Trajetórias transatlânticas dos Açores ao Rio Grande de São Pedro entre as décadas de 1740 a 1790**. São Leopoldo: Oikos, 2014^a.

SCOTT, Ana Silvia Volpi et al (org.). **História da Família no Brasil Meridional: temas e perspectivas**. São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2014^a. Volume II. 36

SILVEIRA, Maria Dutra. A mulher na Revolução Farroupilha. In: RETAMOZO, Aldira Correa et al. **O Papel da mulher na Revolução Farroupilha**. Porto Alegre: Tchê!, 1986. p. 47-102.

VASCONCELLOS, José Leite. **Mês de sonho: conspecto de etnografia açórica**. Lisboa: of. do Museu Comercial, 1926.

VILHENA, Maria da Conceição. Viagens no século XVIII: dos Açores ao Brasil. **Studia**, Lisboa, n. 51, p. 5-15, 1992.

WEBSTER, John W. **A Description of the island of St. Michael**. Boston: R. P. & C. Williams, 1821.

Créditos iconográficos

Veronica da Rosa, *Sarebbe stato meglio un naufragio*, 2025, Óleo sobre papel, 84x59cm. Imagem com intervenção editorial autorizada pela artista.

Carta reducida y general de las islas de los Azores, llamadas tambien Terceras para uso de los navegantes, de Tomás Lopez de Vargas Machuca y Juan Lopez, 1781. Biblioteca Nacional de Portugal, Cota do exemplar digitalizado: cc-419-1-2-a. Recorte com ajustes editoriais. Imagem em domínio público. Disponível em: <http://purl.pt/30643>.

Veüe du port d'Angra, dans l'isle de Tercere, 1687. Bibliothèque nationale de France. Uso académico-científico, não comercial. Disponível em: <https://catalogue.bnf.fr/ark:/12148/cb43602155z>.

Açores Insulae, de Luís Teixeira, 1584. Bibliothèque nationale de France. Uso académico-científico, não comercial. Disponível em: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/btv1b8492434b>.

Vue de la Horta, de Destelle, 1775. Bibliothèque nationale de France. Uso académico-científico, não comercial. Disponível em: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/btv1b531687196.r=horta?rk=42918;4>.

Projecto para as Armas Reais de Portugal, de João Frederico Ludovice, 1744. Museu de São Roque / Google Arts & Culture. Recorte com ajustes editoriais. Imagem em domínio público. Disponível em: <https://artsandculture.google.com/asset/project-of-royal-coat-of-arms-and-monogramme-chapel-of-saint-john-the-baptist/wQFFCSzJD2MhEw>.

AHU_ACL_021, Cx. 1, Doc. 46. **Editai Régio de 1746**. Arquivo Histórico Ultramarino (Lisboa). Fundação Biblioteca Nacional (Brasil). Projeto Resgate - Santa Catarina (1717-1787). Imagem em domínio público. Disponível em: http://resgate.bn.br/docreader/021_SC/353.

Coleção de trajos das Ilhas dos Açores por volta de 1850. Biblioteca Nacional de Portugal, cota D.A. 16 V., CFH10. Recorte com ajustes editoriais. Imagem em domínio público. Disponível em: <https://purl.pt/33070>.

AHU_ACL_021, Cx. 1, Doc. 26. **Consulta do Conselho Ultramarino ao rei D. João V, 8 de agosto de 1746**. Arquivo Histórico Ultramarino (Lisboa). Fundação Biblioteca Nacional (Brasil). Projeto Resgate - Santa Catarina (1717-1787). Recorte com ajustes editoriais. Imagem em domínio público. Disponível em: http://resgate.bn.br/docreader/021_sc/158.

BPARRJG, 08-LV-REG-CMHORTA, imagem n. 244. **Registro da ordem de Sua Majestade para o transporte dos casais**. Direção

Regional da Cultura, Governo dos Açores. Imagem cedida pela Biblioteca Pública e Arquivo Regional João José da Graça, com autorização para fins de investigação, estudo e divulgação cultural e científica. Disponível em: http://culturacores.azores.gov.pt/biblioteca_digital/08-LV-REG-CMHORTA/08-LV-REG-CMHORTA_item1/index.html?page=244.

AHU_CU_AÇORES - PT/AHU/CU/145 - Açores, cx. 3, n. 20. **Taboadas**. Arquivo Histórico Ultramarino. Acesso digital via Casa de Sarmento / Local2Global. Disponível em: <https://www.csarmento.uminho.pt/12g/s/local2global/item/374#c=0&cm=0&cs=0&cv=0>.

Myrica Faya = Myrica des Acores, 1801. The New York Public Library Digital Collections. Rare Book Division. Recorte com ajustes editoriais. Imagem em domínio público. Disponível em: <https://digitalcollections.nypl.org/items/510d47dc-8d1c-a3d9-c040-e00a18064a99>.

BPARRJG, 08-LV-REG-CMHORTA, imagem n. 247. **Registro da carta que se mandou da Câmara desta Vila da Horta**. Direção Regional da Cultura, Governo dos Açores. Imagem cedida pela Biblioteca Pública e Arquivo Regional João José da Graça, com autorização para fins de investigação, estudo e divulgação cultural e científica. Disponível em: http://culturacores.azores.gov.pt/biblioteca_digital/08-LV-REG-CMHORTA/08-LV-REG-CMHORTA_item1/index.html?page=247.

Myrica faya (Myricaceae), de Christiane Chaffin. Bibliothèque Universitè Clermont Auvergne, Herbiers universitaires de Clermont-Ferrand. Recorte com ajustes editoriais. Imagem em domínio público. Disponível em: <https://bibliotheque-numerique.bu.uca.fr/s/bibnum-ua/item/405303>.

Homem da ilha do Pico, João Palhares. [S.l. : s.n., ca. 1850] Biblioteca Nacional de Portugal, cota do exemplar digitalizado: E-1127-P. Recorte com ajustes editoriais. Imagem em domínio público. Disponível em: <https://purl.pt/29785>.

Isola Azzori, ó Azzoridi dette altrimenti Acipitrum, Tertiae, Flandrica, et Superiores possedutte nel Mar Atlantico da Portoghesei, de Vincenzo Coronelli, 1695. Universidade de Coimbra, Biblioteca Geral Digital. Recorte com ajustes editoriais do original licenciado em CC BY 4.0. Disponível em: <https://am.uc.pt/item/44854>.

Azores, Fayal Pico and San Jorge, de Alexander Thomas Emeric, 1849. American Geographical Society Library Digital Map Collection, University of Wisconsin-Milwaukee Libraries. Recorte com ajustes editoriais para uso académico-científico, não comercial. Disponível em: <https://collections.lib.uwm.edu/digital/collection/agdm/id/8660/rec/152>.

PT/ICPD/CFD.00341. **Antigas casas do campo, Faial, Açores**. Instituto Cultural de Ponta Delgada, Coleção Fotográfica Digital. Recorte com ajustes editoriais. Livre acesso. Disponível em: https://www.icpd.pt/arquivo/ver.php?id=366&pag=4&titulo=casa&Titulo=1&nivel_descricao=0.

BPARRJG - Horta - FAL-HT-CAPELO-B-1706-1760, imagem n. 19. **Registro de batismo de Manuel**. Direção Regional da Cultura, Governo dos Açores. Imagem cedida pela Biblioteca Pública e Arquivo Regional João José da Graça, com autorização para fins de investigação, estudo e divulgação cultural e científica. Disponível em: http://culturacores.azores.gov.pt/biblioteca_digital/FAL-HT-CAPELO-B-1706-1760/FAL-HT-CAPELO-B-1706-1760_item1/index.html?page=19.

BPARRJG - Horta - FAL-HT-CASTELOBRANCO-B-1706-1736, imagem n. 104. **Registro de batismo de Ana**. Direção Regional da Cultura, Governo dos Açores. Imagem cedida pela Biblioteca Pública e Arquivo Regional João José da Graça, com autorização para fins de investigação, estudo e divulgação cultural e científica. Disponível em: http://culturacores.azores.gov.pt/biblioteca_digital/FAL-HT-CASTELOBRANCO-B-1706-1736/FAL-HT-CASTELOBRANCO-B-1706-1736_item1/index.html?page=104.

BPARRJG - Horta - FAL-HT-CASTELOBRANCO-O-1727-1782, imagem n. 0009. **Registro de óbito de Catarina**. Direção Regional da Cultura, Governo dos Açores. Imagem cedida pela Biblioteca Pública e Arquivo Regional João José da Graça, com autorização para fins de investigação, estudo e divulgação cultural e científica. Disponível em: http://culturacores.azores.gov.pt/biblioteca_digital/FAL-HT-CASTELOBRANCO-O-1727-1782/FAL-HT-CASTELOBRANCO-O-1727-1782_item1/index.html?page=9.

BPARRJG - Horta - FAL-HT-CASTELOBRANCO-O-1727-1782, imagem n. 0012. **Registro de óbito de Catarina da Silva**. Direção Regional da Cultura, Governo dos Açores. Imagem cedida pela Biblioteca Pública e Arquivo Regional João José da Graça, com autorização para fins de investigação, estudo e divulgação cultural e científica. Disponível em: http://culturacores.azores.gov.pt/biblioteca_digital/FAL-HT-CASTELOBRANCO-O-1727-1782/FAL-HT-CASTELOBRANCO-O-1727-1782_item1/index.html?page=12.

BPARRJG - Horta - FAL-HT-CASTELOBRANCO-O-1727-1782, imagem n. 0027. **Registro de óbito de Pedro Dutra Acunha, o Malaca**. Direção Regional da Cultura, Governo dos Açores. Imagem cedida pela Biblioteca Pública e Arquivo Regional João José da Graça, com autorização para fins de investigação, estudo e divulgação cultural e científica. Disponível em: http://culturacores.azores.gov.pt/biblioteca_digital/FAL-HT-CASTELOBRANCO-O-1727-1782/FAL-HT-CASTELOBRANCO-O-1727-1782_item1/index.html?page=27.

BPARRJG - Horta - FAL-HT-CASTELOBRANCO-C-1711-1809, imagem n. 76. **Registro de casamento de Manuel da Rosa e Ana Pereira**. Direção Regional da Cultura, Governo dos Açores. Imagem cedida pela Biblioteca Pública e Arquivo Regional João José da Graça, com autorização para fins de investigação, estudo e divulgação cultural e científica. Disponível em: http://culturacores.azores.gov.pt/biblioteca_digital/FAL-HT-CASTELOBRANCO-C-1711-1809/FAL-HT-CASTELOBRANCO-C-1711-1809_item1/index.html?page=76.

BPARRJG - Horta - FAL-HT-CASTELOBRANCO-B-1736-1777, imagem n. 46. **Registro de batismo de Jacynta**. Direção Regional da Cultura, Governo dos Açores. Imagem cedida pela Biblioteca Pública e Arquivo Regional João José da Graça, com autorização para fins de investigação, estudo e divulgação cultural e científica. Disponível em: http://culturacores.azores.gov.pt/biblioteca_digital/FAL-HT-CASTELOBRANCO-B-1736-1777/FAL-HT-CASTELOBRANCO-B-1736-1777_item1/index.html?page=46.

Constituições Sinodais do Bispado Dangra, Bispado de Angra do Heroísmo. Lisboa: oficinas de João Blavio de Colonia, 1560. Biblioteca

Nacional de Portugal. Obra de domínio público. Disponível em: <https://purl.pt/15145>.

Título X, § 1. Constituições Sinodais do Bispado Danga. Bispado de Angra do Heroísmo. Lisboa: oficinas João Blávio de Colonia, 1560. Biblioteca Nacional de Portugal. Recorte com ajustes editoriais. Obra de domínio público. Disponível em: https://purl.pt/15145/1/res-1058-v_JPG/res-1058-v_JPG_24-C-R0150/res-1058-v_0076_26v_t24-C-R0150.jpg.

View of the city of Fayal. Plan of channel thro the Azores between the islands Fayal and Pico, de Alexander Dalrymple e William Senior Harrison (graveur), 1782. Bibliothèque nationale de France. Recorte com ajustes editoriais para uso acadêmico-científico, não comercial. Disponível em: <http://catalogue.bnf.fr/ark:/12148/cb40599138b>.

BPARJG - Horta - FAL-HT-CASTELOBRANCO-B-1736-1777, imagem n. 55. **Registro de batismo de Manuel.** Direção Regional da Cultura, Governo dos Açores. Imagem cedida pela Biblioteca Pública e Arquivo Regional João José da Graça, com autorização para fins de investigação, estudo e divulgação cultural e científica. Disponível em: http://culturacores.azores.gov.pt/biblioteca_digital/FAL-HT-CASTELOBRANCO-B-1736-1777/FAL-HT-CASTELOBRANCO-B-1736-1777_item1/index.html?page=55.

Fayal (Iles Açores). Biblioteca Nacional de Portugal, Cota do exemplar digitalizado: E-1470-P. Recorte com ajustes editoriais. Imagem em domínio público. Disponível em: <https://purl.pt/29838>.

BPARJG - Horta - FAL-HT-CASTELOBRANCO-B-1736-1777, imagem n. 75. **Registro de batismo de José.** Direção Regional da Cultura, Governo dos Açores. Imagem cedida pela Biblioteca Pública e Arquivo Regional João José da Graça, com autorização para fins de investigação, estudo e divulgação cultural e científica. Disponível em: http://culturacores.azores.gov.pt/biblioteca_digital/FAL-HT-CASTELOBRANCO-B-1736-1777/FAL-HT-CASTELOBRANCO-B-1736-1777_item1/index.html?page=75.

Pico (Iles Açores) Biblioteca Nacional de Portugal, Cota do exemplar digitalizado: E. 1469 P. Recorte com ajustes editoriais. Imagem em domínio público. Disponível em: <https://purl.pt/29837>.

A cidade de Angra na Ilha de Iesu xpoda Tercera que está em 39. Graos, de Jan Huyghen van Linschoten, Joannes Baptista van Doetechum e Cornelis Claesz, 1596. Arquivo AMH-6602-KB, Atlas do Patrimônio Múruo, Koninklijke Bibliotheek. Imagem de domínio público (CC-ZERO). Disponível em: AMH-6602-KB Bird's eye view of the city of Angra on Tercera, the Azores.jpg.

AHU_ACL_CU_021, Cx. 1, Doc. 29, p. 2. **Consulta do Conselho Ultramarino ao rei D. João V,** de 26 de junho 1747. Arquivo Histórico Ultramarino (Lisboa). Fundação Biblioteca Nacional - Brasil. Projeto Resgate - Santa Catarina (1717-1787). [Manuscrito]. Imagem em domínio público. Disponível em: http://resgate.bn.br/docreader/021_SC/168.

AHU_ACL_CU_021, Cx. 1, Doc. 36, p. 12. **Condições com que se arremata o assento de transporte dos casais desta corte e das ilhas para o Brasil a Feliciano Velho de Oldemberg.** Arquivo Histórico Ultramarino (Lisboa). Fundação Biblioteca Nacional - Brasil. Projeto Resgate - Santa Catarina (1717-1787). [Impresso]. Imagem em domínio público. Disponível em: http://resgate.bn.br/docreader/021_sc/237.

AHU_ACL_CU_021, Cx. 1, Doc. 36, p. 6. **Condições com que se arremata o assento de transporte dos casais desta corte e das ilhas para o Brasil a Feliciano Velho de Oldemberg.** Arquivo Histórico Ultramarino (Lisboa). Fundação Biblioteca Nacional - Brasil. Projeto Resgate - Santa Catarina (1717-1787). Imagem em domínio público. Disponível em: http://resgate.bn.br/docreader/021_SC/231.

Port et Ville d'Angra dans l'Isle de Tercere, de Jacques Nicolas Bellin, 1764. Universidade de Coimbra, Biblioteca Geral Digital, Cota NC-558. Imagem sob licença CC BY-4.0. Disponível em: <https://am.uc.pt/bib-geral/nabaisconde/item/44546>.

"Vue de la Horta", de Destelle, 1775. Bibliothèque nationale de France. Uso acadêmico-científico, não comercial. Disponível em: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/btv1b531687196.r=horta?rk=42918;4>.

BPARLSR, Paroquiais, Topo, ilha de S. Jorge, Batismos (1719-1732), folha avulsa no fim do livro. **Esboço de embarcação.** Imagem cedida pela Biblioteca Pública e Arquivo Regional Luís da Silva Ribeiro, com autorização para fins de investigação, estudo e divulgação cultural e científica. Disponível em: https://culturacores.azores.gov.pt/biblioteca_digital/SJR-CH-TOPO-B-1719-1732/SJR-CH-TOPO-B-1719-1732_item1/index.html?page=281.

AHU_ACL_CU_021, Cx. 1, Doc. 36, p. 22. **Regimento que se há de observar no transporte dos Casais das Ilhas da Madeira e dos Açores para o Brasil.** Arquivo Histórico Ultramarino (Lisboa). Fundação Biblioteca Nacional (Brasil). Projeto Resgate - Santa Catarina (1717-1787). Imagem em domínio público. Disponível em: http://resgate.bn.gov.br/docreader/021_sc/246.

AHU_ACL_CU_017-1, Cx. 82, Doc. 19113 (19120), p. 15. **Condições com que se arremata o assento do transporte de quatro mil pessoas dos casais desta corte e das ilhas para o Brasil a Francisco de Sousa Fagundes.** Arquivo Histórico Ultramarino (Lisboa). Fundação Biblioteca Nacional (Brasil). Projeto Resgate. Rio de Janeiro (CA). Imagem em domínio público. Disponível em: http://resgate.bn.gov.br/docreader/017-1_rj/39693.

Boutique de carne secca. Firmin Didot Frères, in: Voyageurs de la province de Rio Grande, Jean-Baptiste Debret, 1835. Biblioteca Nacional Digital. Fundação Biblioteca Nacional - Brasil. Imagem em domínio público. Disponível em: https://acervobndigital.bn.gov.br/sophia/index.asp?codigo_sophia=9205. Acesso em: 23 jun. 2026.

AHU_ACL_CU_017-1, Cx. 62, Doc. 14.643-14.646. **Carta do governador da ilha de Santa Catarina Manuel Escudeiro Ferreira de Sousa ao rei D. João V,** de 19 de fevereiro de 1750. Arquivo Histórico Ultramarino (Lisboa). Fundação Biblioteca Nacional - Brasil. Projeto Resgate. Rio de Janeiro (CA). Imagem em domínio público. Disponível em: http://resgate.bn.gov.br/docreader/017-1_rj/30316.

AN - BR_RJANRIO_86.COD.0.0106, v.02, fl.16v. **Carta de Manuel Escudeiro Ferreira de Sousa ao Rei sobre a chegada dos casais açorianos,** 24 de março de 1753. Arquivo Nacional. Secretaria do Estado do Brasil - Correspondência dos Governadores de Santa Catarina. Reprodução digital de documento sob guarda do Arquivo Nacional, disponibilizada no Sistema de Informações do Arquivo Nacional

(SIAN). Disponível em: https://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/BR_RJANRIO_86/COD/0/0106_v_02/BR_RJANRIO_86_COD_0_0106_v_02_d0001de0001.pdf#page=31.

AHU_ACL_CU_021, Cx. 1, Doc. 81. **Carta do governador Manuel Escudeiro ao rei D. José I sobre o do navio que veio do Faial,** de 16 de abril de 1752. Arquivo Histórico Ultramarino (Lisboa). Fundação Biblioteca Nacional (Brasil). Projeto Resgate - Santa Catarina (1717-1787). Imagem em domínio público. Disponível em: http://resgate.bn.br/docreader/021_sc/551.

Veronica da Rosa, Fuori tutto, 2026, Sanguine sobre papel, 21x29cm. Imagem com intervenção editorial autorizada pela artista.

AHU_ACL_CU_021, Cx. 1, Doc. 81, fl.5. **Sumário de testemunhas que mandou fazer sobre o do navio que veio do Faial,** em 16 de abril de 1752. Arquivo Histórico Ultramarino (Lisboa). Fundação Biblioteca Nacional (Brasil). Projeto Resgate - Santa Catarina (1717-1787). Imagem em domínio público. Disponível em: http://resgate.bn.br/docreader/021_sc/554.

Veronica da Rosa, Pés no chão, 2025, Óleo sobre papel, 84x59cm. Imagem com intervenção editorial autorizada pela artista.

AHU_ACL_CU_021, Cx. 1, Doc. 36, p. 25. **Cláusulas do regimento de 5 de agosto de 1747.** Arquivo Histórico Ultramarino (Lisboa). Fundação Biblioteca Nacional (Brasil). Projeto Resgate - Santa Catarina (1717-1787). Imagem em domínio público. Disponível em: http://resgate.bn.br/docreader/021_sc/250.

Veronica da Rosa, Falena, 2026, Água-forte e ponta-seca sobre papel, 50x70. Imagem com intervenção editorial autorizada pela artista.

Veronica da Rosa, Sottosopra, 2025, Óleo sobre papel, 84x59cm. Imagem com intervenção editorial autorizada pela artista.

Carte particulière de l'isle de Ste Catherine située à la Côte du Brésil par 27d. 30 de latitude Australe, Amédée-François Frezier, 1716. Bibliothèque nationale de France. Recorte com ajustes editoriais para uso acadêmico-científico, não comercial. Disponível em: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/btv1b85966867#>.

Vue de l'entrée septentrionale du port de l'isle Ste Catherine, de C. Haussard, 1780 Bibliothèque nationale de France. Recorte com ajustes editoriais para uso acadêmico-científico, não comercial. Disponível em: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/btv1b8491054d>.

AHU_ACL_CU_021, Cx. 1, Doc. 53. **Carta do governador de Santa Catarina Manuel Escudeiro Ferreira de Sousa ao rei D. João V,** de 18 de fevereiro 1749. Arquivo Histórico Ultramarino (Lisboa). Fundação Biblioteca Nacional (Brasil). Projeto Resgate - Santa Catarina (1717-1787). Imagem em domínio público. Disponível em: http://resgate.bn.gov.br/docreader/021_sc/384.

Vue d'Le Ste. Catherine, Atlas de Voyage de La Pérouse. Biodiversity Heritage Library. Missouri Botanical Garden. Imagem em domínio público. Disponível em: <https://www.biodiversitylibrary.org/page/15849640>.

Planta que compreende do Rio Grande de S. Pedro athe Taramanday, e o Passo do Yacuy, tirada das Cartas Geográficas que se fizeram na Demarcação da América Meridional, de Manoel Vieira Leão. Fundação Biblioteca Nacional (Brasil). BNDigital. Imagem em domínio público. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart325604/cart325604.html.

AHU_ACL_CU_021, Cx. 1, D. 72, p. 4. **Carta do governador da ilha de Santa Catarina Manuel Escudeiro Ferreira de Sousa ao rei D. José I sobre a chegada de três navios das ilhas dos Açores,** de 27 de fevereiro de 1751. Arquivo Histórico Ultramarino (Lisboa). Fundação Biblioteca Nacional (Brasil). Projeto Resgate - Santa Catarina (1717-1787). Imagem em domínio público. Disponível em: http://resgate.bn.br/docreader/021_sc/470.

Exemplo topographico da costa que se comprehende desde a ilha de S. Catherine, the o cabo de S. Maria & rio da Prata, the a praça Nova Colonia do S.mo Sacram.to com o terreno adjacente a mesma costa, de José Custódio de Sá e Faria. Fundação Biblioteca Nacional (Brasil). BNDigital. Imagem em domínio público. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart1033422/cart1033422.html.

Plano do Rio Grande de São Pedro, 1777. Biblioteca Nacional de Portugal, Cota do exemplar digitalizado: C.C. 1788 A. Recorte com ajustes editoriais. Imagem em domínio público. Disponível em: <https://purl.pt/3992>.

AN - BR_RJANRIO_86.COD.0.104, v. 08, fl. 46v. **Relação de moradores da freguesia de São Pedro do Rio Grande, 1786.** Arquivo Nacional. Vice-reinado. Correspondência com o governador e mais pessoas do Rio Grande do Sul. Reprodução digital fornecida pelo Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN), em atendimento à solicitação protocolada sob o n. 2023S4753, em 14 dez. 2023.

AHU_ACL_CU_005, Cx. 134\Doc. 10403 (1). p. 6. **Carta do vice-rei do Brasil, Conde de Arcos, a respeito do naufrágio no rio Joanes,** de 7 de maio de 1757. Arquivo Histórico Ultramarino (Lisboa). Fundação Biblioteca Nacional (Brasil). Projeto Resgate - Bahia (Avulsos). Disponível em: http://resgate.bn.br/docreader/005_ba_av/83520.

BPE-RES Cota CXVI/1-2 (Coleção Reservados), 77929. **Demonstração da Vila de São Pedro do Rio Grande, situada na latitude setentrional de 32 graus.** In: SOUSA, Candido Ferreira de. Descrição da Viagem do Rio Grande [...], 1777. Imagem em domínio público, cedida pela Biblioteca Nacional de Portugal.

Veronica da Rosa, Onde onde onde, 2025, Óleo sobre papel, 59x42cm. Imagem com intervenção editorial autorizada pela artista.

Veronica da Rosa, Albedo, 2026, Monotipia sobre papel, 50x70cm. Imagem com intervenção editorial autorizada pela artista.

Veronica da Rosa, Solutio, 2025, Óleo sobre papel, 59x42cm. Imagem com intervenção editorial autorizada pela artista.



Esta publicação foi produzida com apoio financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul, FAPERGS, por meio do Edital FAPERGS 08/2023, Auxílio Recém-Doutor ou Recém-Contratado, ARD/ARC, Termo de Outorga nº 24/2551-0000595-1.

A obra resulta do projeto de pesquisa “Migrantes através do Atlântico: as famílias açoriano-carolinas e as raízes da desigualdade no Rio Grande do Sul”, desenvolvido no Programa de Pós-Graduação em Processos e Manifestações Culturais da Universidade Feevale, em parceria com a Casa de Sarmento, Centro de Estudos do Património, da Universidade do Minho. A pesquisa também se beneficia da colaboração científica desenvolvida junto ao CHAM, Centro de Humanidades, da Universidade NOVA de Lisboa e da Universidade dos Açores.





A migração dos Açores para a América meridional no século XVIII é o tema deste livro ilustrado, que acompanha a trajetória de um Casal do Número em sua travessia das ilhas às “terras dos confins”. Entre o alistamento nos Açores e a chegada ao sul do Brasil, a narrativa apresenta as promessas da Coroa, os preparativos para a partida, a longa viagem pelo Atlântico e as adversidades enfrentadas por homens, mulheres e crianças a bordo dos navios e após o desembarque.

Apoio:

